

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

Uerla Bispo dos Santos

**PERCEPÇÕES ACERCA DA UTILIZAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE  
GOVERNANÇA E IMPLANTAÇÃO DA LGPD EM ESCRITÓRIOS DE  
CONTABILIDADE**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

**SÃO PAULO  
2023**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

Uerla Bispo dos Santos

**PERCEPÇÕES ACERCA DA UTILIZAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE  
GOVERNANÇA E IMPLANTAÇÃO DA LGPD EM ESCRITÓRIOS DE  
CONTABILIDADE**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando de Almeida Santos.

SÃO PAULO

2023

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial dessa Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura:

Data:

E-mail: [uerlabs@gmail.com](mailto:uerlabs@gmail.com)

**PERCEPÇÕES ACERCA DA UTILIZAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE  
GOVERNANÇA E IMPLANTAÇÃO DA LGPD EM ESCRITÓRIOS DE  
CONTABILIDADE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando de Almeida Santos.

Apresentação:

Data da qualificação: 24/05/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fernando de Almeida Santos  
(Orientador – PUC-SP)

---

Prof. Dr. Windsor Espenser Veiga  
(Membro Interno – PUC-SP)

---

Prof. Dra. Ticiane Lima dos Santos  
(Membro Externo – UFRA)

Ao meu esposo Robson, minha filha Giovanna e minha querida mãe  
Bênia.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da minha vida, me fazer acreditar neste sonho tornando-o realidade e por me sustentar até aqui. Sou grata ao meu esposo Robson, minha filha Giovanna e minha família pelo apoio, incentivo e compreensão nos momentos de ausência.

Aos amigos e incentivadores Daniel Machado, Ricardo de Jesus, Roberta Cristina, Suzana Rosa, Luciana Pereira, Débora e Rose, muito obrigada!

Aos professores doutores Ticiane Lima e Windsor Espenser, membros da banca examinadora, pelo apoio e valiosas contribuições que foram fundamentais para a conclusão deste estudo.

Agradeço em especial a amiga Roselaine e ao professor doutor Fernando de Almeida Santos, que foram fontes de inspiração e fundamentais nesta trajetória, meus pilares e apoio em todas as etapas do programa, contribuíram de forma generosa e acolhedora.

Por fim, minha gratidão a todos os professores brilhantes que enriquecem o programa e nos inspiram a ser profissionais e pessoas melhores, e aos colegas que tive a honra de conhecer, aprender e compartilhar ótimos momentos que serão inesquecíveis.

*“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, em breve estarás fazendo o impossível”*

*São Francisco de Assis*

## RESUMO

Este projeto apresentou um estudo no âmbito das boas práticas de governança em empresas de contabilidade, objetivando identificar a percepção de profissionais da área quanto a adoção de práticas de governança, atrelada a segurança de dados e implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O estudo poderá fomentar em profissionais e empresas contábeis a necessidade em realizar treinamentos e aperfeiçoamento nos temas, visando contribuir com estratégias e sanar lacunas existentes. A metodologia utilizada caracteriza-se pela natureza qualitativa e exploratória, com a aplicação de questionário *on-line* para um grupo de especialistas da área contábil. Os resultados demonstraram que os respondentes da pesquisa consideram que as boas práticas de governança contribuem com as empresas contábeis trazendo diversos benefícios, como, melhoria na gestão e nos processos internos, mas mesmo atingindo grande parcela dos empresários, uma parte deles ainda não implantou e não vislumbra melhorias com a adesão, mesmo com a LGPD em vigor.

**Palavras-chave:** governança; segurança de dados; LGPD; contabilidade.

## **ABSTRACT**

This project presented a study within the scope of good governance practices in accounting firms, aiming to identify the perception of professionals in the area regarding the adoption of governance practices, linked to data security and implementation of the General Data Protection Law (LGPD). The study will be able to encourage professionals and accounting companies the need to carry out training and improvement in the themes, aiming to contribute with strategies and remedy existing gaps. The methodology used is characterized by its qualitative and exploratory nature, with the application of an online questionnaire to a group of specialists in the accounting area. The results showed that the survey respondents consider that good governance practices contribute to accounting companies, bringing several benefits, such as improvement in management and internal processes, but even reaching a large number of entrepreneurs, some of them have not yet implemented and do not see improvements with adherence, even with the LGPD in force.

**Keywords:** governance; data security; LGPD; accounting.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Princípios de Governança Corporativa IBGC .....</b>	<b>30</b>
<b>Quadro 2 – Estudos correlatos .....</b>	<b>37</b>
<b>Quadro 3 – Síntese Metodológica e Matriz de Amarração.....</b>	<b>39</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 – Tem definida e comunica formalmente os papéis e responsabilidades para a governança e gestão de dados? .....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 2 – Possui equipe técnica especializada, que segue diretrizes da organização e é avaliada periodicamente para mitigar riscos? .....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 3 – Possui clareza na definição dos níveis de risco da segurança da informação, verificando o nível de aceitação e toma decisões estratégicas? .....</b>	<b>54</b>
<b>Tabela 4 – Conhece a LGPD e já realizou a implantação na empresa? .....</b>	<b>55</b>
<b>Tabela 5 – A implantação da LGPD ocorreu com envolvimento e conscientização de toda equipe? .....</b>	<b>56</b>
<b>Tabela 6 – A empresa divulga no website a política de segurança de dados utilizadas? .....</b>	<b>56</b>
<b>Tabela 7 – Demonstra e informa aos clientes o ciclo de vida dos dados? .....</b>	<b>58</b>
<b>Tabela 8 – Revisa frequentemente os processos internos que envolvem dados pessoais? .....</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 9 – A adoção de mecanismos de governança e segurança de dados, é percebida e valorizada por funcionários? .....</b>	<b>60</b>
<b>Tabela 10 – As capacidades de TI tornam a empresa mais competitiva e com diferencial para crescimento? .....</b>	<b>61</b>
<b>Tabela 11 – Os gestores reconhecem suas responsabilidades com o gerenciamento e uso da TI? .....</b>	<b>62</b>
<b>Tabela 12 – Os funcionários são treinados e se adaptam rapidamente às novas tecnologias? .....</b>	<b>63</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 – Distribuição de profissionais da contabilidade por região da Federação Brasileira .....</b>	<b>32</b>
<b>Gráfico 2 – Distribuição das empresas por região.....</b>	<b>35</b>
<b>Gráfico 3 – Perfil do porte das empresas .....</b>	<b>44</b>
<b>Gráfico 4 – Nível hierárquico que ocupa na organização .....</b>	<b>45</b>
<b>Gráfico 5 – Nível de escolaridade .....</b>	<b>46</b>
<b>Gráfico 6 – A missão está alinhada aos objetivos da empresa.....</b>	<b>46</b>
<b>Gráfico 7 – A empresa possui planejamento estratégico formatado com envolvimento da equipe.....</b>	<b>48</b>
<b>Gráfico 8 – Clareza dos papéis e responsabilidades das práticas de governança.....</b>	<b>48</b>
<b>Gráfico 9 – Veiculação e aplicação do CCE para toda empresa. ....</b>	<b>49</b>
<b>Gráfico 10 – Disponibiliza e incentiva o uso do canal de denúncia.....</b>	<b>50</b>
<b>Gráfico 11 – Mecanismos para solucionar conflitos de interesse em documentos formais. ....</b>	<b>51</b>
<b>Gráfico 12 – A organização faz uso de política de segurança da informação formalizada e obrigatória. ....</b>	<b>52</b>
<b>Gráfico 13 – Possui e viabiliza programa de treinamento e capacitação para equipe da segurança da informação? .....</b>	<b>54</b>
<b>Gráfico 14 – Possui políticas de segurança em contratos de prestação de serviços, contratos de trabalho e termos de consentimento? .....</b>	<b>57</b>
<b>Gráfico 15 – A empresa adota normas que geram cultura de segurança de dados, abrangendo clientes, fornecedores e colaboradores? .....</b>	<b>58</b>
<b>Gráfico 16 – Os mecanismos de governança e segurança de dados são percebidos e valorizados por clientes e fornecedores? .....</b>	<b>60</b>
<b>Gráfico 17 – O uso da governança e segurança de dados melhora a credibilidade do escritório e aumenta a carteira de clientes? .....</b>	<b>61</b>
<b>Gráfico 18 – O investimento em TI busca atender aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo, ou apenas os objetivos táticos/operacionais? .....</b>	<b>63</b>
<b>Gráfico 19 – Investimento financeiro aproximado .....</b>	<b>64</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Processo de proteção de dados.....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 2 – Funções do <i>Compliance</i> corporativo.....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 3 – Dimensões da governança .....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 4 – Desenvolvimento do questionário.....</b>	<b>43</b>
<b>Figura 5 – Análise de similitude .....</b>	<b>65</b>
<b>Figura 6 – Nuvem de palavras.....</b>	<b>66</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCA	<i>Association of Chartered Certified Accountants</i>
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais
CCE	Código de Conduta e Ética
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
FIA	Fundação Instituto de Administração
GDPR	<i>General Data Protection Regulation</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NFE	Nota Fiscal Eletrônica
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
TI	Tecnologia da Informação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1 Tema e Contexto da Pesquisa.....	17
1.2 Problemática e Justificativa .....	17
1.3 Objetivos.....	18
1.4 Contribuição .....	19
1.5 Estrutura do Trabalho .....	20
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>21</b>
2.1 LGPD e <i>Compliance</i> .....	21
<b>2.1.1 LGPD.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.2 <i>Compliance</i> .....</b>	<b>24</b>
2.2 Importância dos avanços tecnológicos para os negócios contábeis .....	27
2.3 Governança.....	29
2.4 A profissão contábil e os escritórios de contabilidade no Brasil.....	32
2.5 Pesquisas anteriores.....	35
<b>3 MÉTODOS E TÉCNICAS .....</b>	<b>39</b>
3.1 Processo de Coleta de Dados.....	41
<b>3.1.1 Universo da pesquisa.....</b>	<b>41</b>
<b>3.1.2 Desenvolvimento do questionário .....</b>	<b>41</b>
3.2 Da abordagem à análise dos dados - Etapa de coleta e tratamento dos dados .....	43
<b>4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>44</b>
4.1 Caracterização dos entrevistados.....	44
4.2 Análises acerca da relação da empresa com as boas práticas da governança corporativa .....	46
4.3 Abordagem relativa à governança de dados e segurança cibernética na empresa contábil .....	51
4.4 Governança atrelada a LGPD .....	55
4.5 Percepções acerca da adoção das boas práticas de governança e gestão de dados.....	59
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>76</b>
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	76
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>77</b>

Apêndice A – Instrumento de Pesquisa.....	77
---	----

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Tema e Contexto da Pesquisa

A tecnologia é um instrumento relevante e indispensável na sociedade atual, estando presente em inúmeros aspectos da vida moderna, mas apesar da contribuição e da utilidade no âmbito pessoal e profissional dos indivíduos e da sociedade, existe forte exposição que coloca em risco a segurança das informações, podendo resultar em vazamento ilegal de dados.

Neste contexto, são inseridos os escritórios de contabilidade, fazendo-se necessário, no entanto, a adoção de diretrizes rigorosas relacionadas à governança, para que todos usufruam desta ferramenta da melhor maneira possível e com maior segurança.

A adoção das boas práticas de governança nas empresas, fornece suporte para a gestão da organização, gerando valor e contribuindo para a perpetuação dos negócios, além de servir como base para mitigar riscos em que a organização fica exposta por fatores internos e externos, segundo o IBGC (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2020).

Sendo assim, no que tange à segurança das informações, foi criada no Brasil em 2018 a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) que está totalmente ligada à governança de dados, fato que gera maior segurança e credibilidade aos negócios. Logo, a LGPD, tem o intuito de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo, instruindo pessoas físicas e jurídicas para o tratamento correto de dados manuais ou digitais (BRASIL, 2018).

Para a realização deste trabalho, considerou-se a importância da governança atrelada a segurança cibernética e a Lei Geral de Proteção de Dados para empresas do setor contábil, por se tratar de um tema sensível neste segmento, levando em conta a dimensão do tema e a obrigatoriedade da adoção da Lei.

### 1.2 Problemática e Justificativa

Este tema foi selecionado devido à valia da governança em empresas contábeis que adotam boas práticas, principalmente neste momento em que a LGPD está em evidência

e determinando uma série de exigências com o tratamento de dados pessoais no país, abrangendo a todas as empresas.

Para cumprir estes requisitos, as empresas brasileiras, sem exceção, deverão investir em tecnologia e introduzir mecanismos de governança com o intuito de resguardar as informações, impedindo vazamento de dados e evitando exposição às penalidades impostas pela legislação.

Neste contexto, as empresas de contabilidade foram afetadas diretamente devido ao grande volume de informações de pessoas físicas e jurídicas coletadas e armazenadas rotineiramente, percebendo-se a necessidade em adequar a estrutura com a utilização da governança, investimentos em tecnologia, treinamento dos colaboradores, dentre outros aspectos, visando a integridade dos dados e a legalidade das operações.

Culnan (2019), destaca que problemas com a privacidade e vazamento de dados podem gerar reflexos negativos, causando danos à imagem da organização, além de perda da confiança dos consumidores e sanções legais.

Dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) destacam que no Brasil até julho de 2022 os escritórios de contabilidade ultrapassaram 80 mil escritórios e mais de 523 mil profissionais registrados, deste modo, a pesquisa busca contribuir com estas empresas para que estejam em conformidade à legislação e percebam a importância da utilização das boas práticas de governança, ressaltando que a Lei entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 e se aplica para todas as empresas, sem exceção.

Segundo informações do Ministério da Economia, em 2021 o país superou a marca de mais de 17 milhões de empresas ativas, empresas estas de todas as configurações e ramo de atividades, que necessitam de serviços contábeis (BRASIL, 2021). Desta forma, é pertinente entender: As empresas contábeis adotam mecanismos de governança de dados e já se adequaram à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais? Com isto, colaborar com os empresários contábeis por meio do acesso a informações que possibilitem seguir com segurança e dentro da legalidade, fornecendo serviços seguros com maior qualidade, transparência e credibilidade para os inúmeros e diversificados clientes.

### 1.3 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é identificar a percepção de profissionais da área contábil em relação aos impactos obtidos com a adoção da LGPD, que está em vigor desde

2020.

Com intuito de identificar fatores relevantes que forneçam dados pertinentes para a classe contábil, de forma específica, pretende-se:

- Verificar se os sujeitos da pesquisa enxergam que o escritório contábil de fato possui mecanismos de governança implantadas e quais as boas práticas utilizadas;
- Observar se a empresa faz uso de políticas de governança cibernética;
- Analisar o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa com relação aos esforços necessários para a adoção da LGPD.

Para atingir estes objetivos, a pesquisa se dará por meio de um questionário que será aplicado para um grupo de empresários e profissionais da esfera contábil na busca das informações contributivas sob a ótica destes profissionais.

#### 1.4 Contribuição

A presente pesquisa visa explorar o conceito de governança de dados e da LGPD em empresas contábeis com o intuito de fornecer mais informações acerca do tema, com isto, possibilitar aos profissionais da área maior acesso, entendimento e percepção dos impactos das boas práticas ou da falta delas.

Desta forma, o estudo busca apoiar profissionais na tomada de decisão por meio das percepções atuais coletadas na pesquisa, agregar na literatura e conseqüentemente aos negócios contábeis no que tange a área de governança com o aprofundamento do tema, elucidando a relevância em implantar ferramentas de governança e adequação à Lei, com isto, verificar possíveis benefícios que as empresas contábeis poderão obter.

O estudo poderá fomentar nos profissionais contábeis e nas empresas a necessidade em realizar treinamentos e aperfeiçoamento no assunto, contribuir para a elaboração de estratégias, mapeando lacunas existentes nos escritórios contábeis, de modo a atender a legislação. Também poderá ser útil para as entidades congêneras da área, além de outras instituições públicas e privadas refletirem sobre possibilidades de formação.

Como resultado, visa verificar as percepções obtidas, objetivando apresentar aos profissionais do meio contábil as perspectivas dos temas na atualidade, assim, identificar a real situação em que a empresa de contabilidade está inserida no contexto de governança e LGPD.

## 1.5 Estrutura do Trabalho

Em relação a estrutura da pesquisa, ela foi estabelecida em cinco seções, sendo a primeira introdução, em que é iniciada a apresentação do tema e o contexto em que a pesquisa está inserida, posteriormente apresenta-se também a justificativa e os objetivos, por último, menciona as contribuições do estudo para a classe contábil, assim como sua estrutura.

Na segunda, seção, compreende o referencial teórico com a abordagem da LGPD, vinculado a isto, discorre sobre os avanços tecnológicos atrelados à contabilidade e a influência das boas práticas de governança sobre a imagem da empresa contábil. Finalizando-se com a profissão contábil e aspectos importantes da função e um breve relato dos escritórios de contabilidade no Brasil.

Na terceira seção, tem-se a metodologia utilizada, o método de coleta de dados da pesquisa para verificação do tema e análise dos elementos que forneçam fundamentos de que a adoção de práticas de governança traz benefícios para organizações contábeis.

Na quarta seção, é apresentada de forma segmentada, as etapas do questionário com a discussão dos respectivos resultados, evidenciando o comparativo entre cada bloco de questões. Na quinta e última seção, serão apresentadas as considerações e reflexões acerca da presente pesquisa, possibilitando mais informações e acesso ao tema para a classe contábil.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa evidencia a revisão da literatura destacando a LGPD e *compliance*, atrelado a isto, aborda a necessidade em trazer para os escritórios contábeis o conceito de adaptação frente às mudanças tecnológicas com maior agilidade, abrangendo a adequação às boas práticas de governança. O estudo se deu com base em análise de trabalhos recentes, livros e da Lei Geral de Proteção de Dados e apresentou a profissão contábil no Brasil e a importância da função da figura do contador.

### 2.1 LGPD e *Compliance*

#### 2.1.1 LGPD

Diante do crescimento acelerado das transações no ambiente virtual, nota-se a vulnerabilidade em administrar o colossal volume de informações, neste contexto, foi criada no Brasil a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em 2018, com base na *General Data Protection Regulation* (GDPR) da União Europeia, as quais pleiteiam a normatização dos temas relacionados a integridade, privacidade e segurança de dados pessoais (CRUZ; PASSAROTO; TOMAZ JUNIOR, 2021).

A Lei tem como finalidade estabelecer medidas para aumentar a segurança virtual, que dispõe em seu Art. 1º:

Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (BRASIL, 2018a, p. 01).

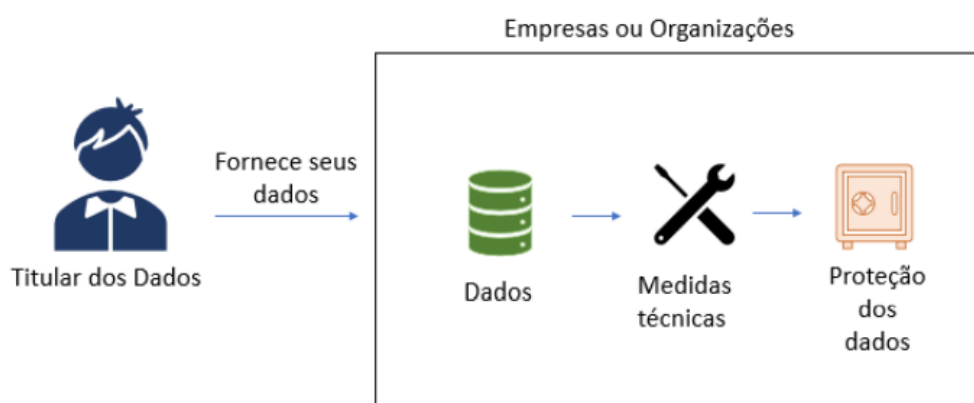
A criação da LGPD elenca a relação de direitos e deveres que simplificam de forma geral todos os regramentos existentes no país, que atualmente ultrapassa mais de quarenta normas federais. A Lei gera a possibilidade de capacitar pessoas e empresas, minimizando todo este complexo arcabouço (CELIDONIO; NEVES; DONÁ, 2020), a fim de consolidar as diretrizes existentes de proteção de dados, de forma a complementar as regras no âmbito do sistema da informação (MENDES, 2019).

Miragem (2019), descreve que um dos principais ativos de uma organização é o acesso e a utilização de dados pessoais, e este fator eleva o grau de risco devido a exposição às novas tecnologias. O autor ressalta que a criação da LGPD disciplina a coleta e o tratamento dos dados pessoais, e tem o propósito de garantir os direitos do cidadão por meio de bases para o desenvolvimento econômico e sobretudo premissas que orientam a forma de utilização dos dados pessoais.

A Lei engloba todos os aspectos de utilização dos dados pessoais desde a coleta, armazenamento e processamento por parte das organizações públicas e privadas tendo alcance internacional, segundo Carvalho *et al.* (2019). Quanto ao manuseio dos dados, parte-se do pressuposto indispensável de consentimento e o uso deve expressar de forma transparente qual a finalidade da utilização dos dados (MIRAGEM, 2019).

Para Burkart (2021), a proteção de dados inicia-se a partir do fornecimento por parte do titular dos dados, conseqüentemente as empresas armazenam internamente em arquivos e aplicam todas as medidas necessárias para proteger as informações, conforme apresentado na Figura 1:

**Figura 1** – Processo de proteção de dados



Fonte: Burkart (2021, p. 32)

O órgão responsável por fiscalizar a aplicabilidade da LGPD nas empresas é a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais – ANPD (2022), criada em 27 de dezembro de 2018 através da Medida Provisória n. 869 e tem como papel principal assegurar o cumprimento da LGPD, garantindo a proteção aos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade dos indivíduos.

Além de regulamentar a LGPD, a ANPD também é responsável, por executar e elaborar diretrizes para a Política Nacional de Dados e realizar pesquisas sobre as práticas de proteção de dados pessoais no âmbito nacional e internacional, podendo aplicar penalidades em situações que estejam em desacordo com a LGPD (CAMARGO; FRANCO, 2022). Assim, a aplicação de sanções relativas ao descumprimento do regimento da LGPD, está em vigor desde agosto de 2021 e pode ser atribuída a todas as empresas. Dentre as penalidades, destaca-se (SEBRAE, 2022; AGÊNCIA SENADO, 2021):

- Aplicação de multa de 2% do faturamento anual da empresa, com teto máximo de R\$ 50 milhões;
- Advertência com prazo para implantar medidas corretivas;
- Risco para a empresa de que a infração se torne pública, resultando em prejuízos à sua imagem;
- Bloqueio ou eliminação dos dados com irregularidades detectadas;
- Suspensão do banco de dados por um período determinado;
- Proibição total ou parcial do ofício relativo a tratamento de dados.

A LGPD deve ser implementada por todo tipo de empresa, independentemente do porte, desde microempreendedor à grande empresa, o que diferencia serão prazos e processos mais simplificados para os pequenos negócios. Em janeiro de 2022, a ANPD aprovou a resolução para agentes de tratamento de pequeno porte, o qual oferece certo equilíbrio para a adaptação de pequenos empreendedores e startups (CAMARGO; FRANCO, 2022).

As empresas e os profissionais da área contábil, foram impactados significativamente com a LGPD. Araújo; Cavalcante Júnior e Duarte (2004) retratam que o profissional de contabilidade tem o papel de constatar problemas e buscar a solução mais adequada, além de manter-se atualizado com as mudanças no seu entorno, não apenas da área que atuam, mas abranger outras esferas com o intuito de atender as demandas dos usuários.

Associado a isto, Cruz; Passaroto e Tomaz Junior (2021), relatam a necessidade de adequação à LGPD por parte das empresas da esfera contábil:

No setor contábil, a LGPD também exige diversas mudanças operacionais e sistêmicas que garantam a conformidade das empresas com suas diretrizes e

princípios, visto que as empresas de contabilidade movimentam dados pessoais diariamente, assim como informações financeiras e fiscais de pessoas físicas. Caso as empresas não estejam adequadas e não cumpram a lei, oferecendo riscos aos titulares dos dados, estas estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei nº 13.709/18 (CRUZ; PASSAROTO; TOMAZ JUNIOR, 2021, p. 31).

Schirmer e Thaines (2021), descrevem a dimensão da Lei sobre os negócios contábeis e enfatizam as motivações que demonstram a necessidade para adequação à LGPD. As autoras relatam que nem todas as áreas de uma empresa contábil realiza o tratamento de dados, porém algumas delas fazem este processo frequentemente e são impactadas de maneira sensível, como as citadas a seguir:

- Departamento pessoal – encarregado por toda a demanda de admissões, folha de pagamento e encargos;
- Departamento fiscal – emissão de notas fiscais e toda parte tributária;
- Departamento contábil – preparação e análise das demonstrações contábeis de toda natureza.

No dia a dia do contador, são necessárias não só as informações de seus clientes, mas também o acesso às informações de terceiros como funcionários e fornecedores. A informação é a matéria prima para que o profissional contábil consiga exercer seu trabalho de forma assertiva, e, nesse aspecto, a implementação da Lei ajudará não só o proponente que fornecerá os dados, como também os profissionais contábeis que poderão se guiar com a Lei. O tema possui relevância social considerando que todos possuem dados pessoais, e que estes são informações importantes que precisam estar seguras (SCHIRMER; THAINES, 2021, p. 33).

Para as boas práticas e governança, a Lei prevê em seu artigo 50, recomendações a serem implantadas para propiciar um ambiente que possua requisitos e métodos voltados para o bom funcionamento das normas internas e organização adequada (BRASIL, 2018a). Em seu discurso, Burkart (2021), evidencia que a Lei propõe a estruturação de um projeto de governança dentro das empresas para que elas se mantenham em aderência com a legislação, estando sujeitas a demonstrar a efetividade destas práticas implantadas no dia a dia. Estas circunstâncias, fazem com que as empresas mantenham o programa de governança sempre em atividade e atualização, para então atender a legislação.

### 2.1.2 *Compliance*

A expressão *compliance* tem origem do verbo em inglês *To comply* que em português significa cumprir, concordar, consentir algo, desta forma, qualifica-se como o agrupamento de regras e/ou processos de uma instituição. A utilização deste conglomerado de regras tem como foco principal a padronização dos processos internos para se manter em conformidade com a legislação vigente segundo Burkart (2021). A autora descreve que:

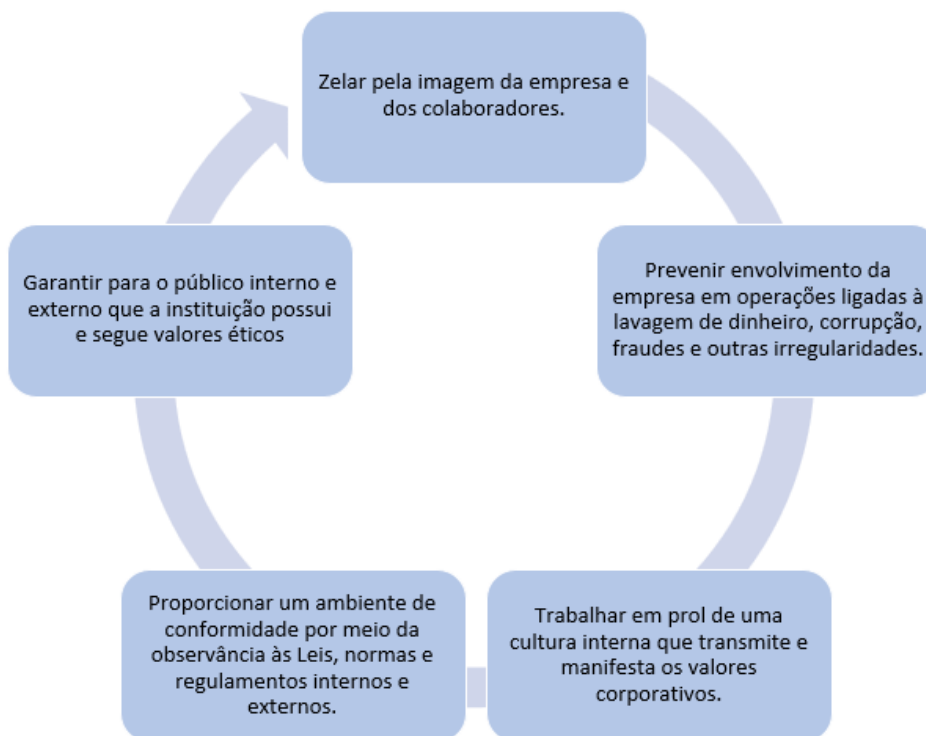
O *Compliance* surgiu no Brasil após a criação da Lei 2.846 conhecida como lei anticorrupção. Essa lei surgiu para evitar que empresas se beneficiem de propinas em troca da realização de um determinado trabalho. Empresas que oferecem serviços, principalmente para os setores públicos, precisaram se adequar e definir regras internas evitando ocorrências de vantagens obtidas ou pretendidas (BURKART, 2021, p. 62).

O *Compliance* está associado ao empenho em que as organizações precisam para operar seguindo normas e procedimentos, sejam internos ou externos enquadrando a sua respectiva área de atuação, tendo como uma das principais funções fiscalizar e promover o cumprimento dos regramentos estabelecidos para aquele tipo de atividade (REGO, 2010).

A aplicação do *compliance* no cotidiano das empresas abrange o cumprimento de Leis, compromisso com regras internas, como, o código de conduta e outros aspectos, estes fatores contribuem com o fortalecimento dos controles internos, eleva a transparência e coloca a organização e seus colaboradores em conformidade com a legislação e procedimentos internos (ANDRADE; MORAES, 2018).

Donella (2022), destaca que as regras e funções do *compliance* não estão concentradas apenas no cenário de corrupção, mas compreende as obrigações “trabalhistas, fiscais, regulatórias, concorrenciais e outras”. Para a autora, faz-se necessário atrelar recursos de governança para monitorar e avaliar os controles, realizar testes e treinamentos objetivando a eliminação de irregularidades e riscos, conforme apresenta a Figura 2:

**Figura 2** – Funções do *Compliance* corporativo



Fonte: Adaptado de Donella, 2022, pela autora da pesquisa (2022).

No tocante a segurança da informação, os acontecimentos com vazamentos ilegais de dados ocorrem com certa frequência e neste cenário o *compliance* está totalmente vinculado à LGPD. Os planos de conformidade nas organizações têm como ponto de partida a LGPD, que atua como base para a constituição de códigos de conduta e ética, além de regulamentar a utilização e navegação dos meios virtuais (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO, 2021).

A pesquisa da KPMG em 2019, mostra alguns benefícios obtidos por intermédio das boas práticas do programa de gerenciamento de riscos, análise de dados e tecnologia, além da conduta e análise de dados:

- Análise das circunstâncias iniciais e tendência
- Especificação oportuna dos riscos e retorno rápido
- *Compliance* em tempo real
- Métricas revolucionárias
- Visibilidade agrupada dos riscos
- Dados em sua integralidade

- Meios de controle automatizados

Para as empresas contábeis, a combinação do uso do *compliance* e adoção à LGPD será um fator determinante para o crescimento sustentável dos negócios, sendo que Borges e Cleto (2021) esclarece que os empresários contábeis precisam reconhecer o uso da LGPD como um agente que promove benefícios:

Em vez de pensarmos que é mais uma lei que temos que adotar, mais uma regulamentação, ela trará melhorias para as empresas, então temos que vê-la como uma oportunidade, pois, hoje, se a sua empresa não estiver em conformidade com a LGPD ela vai perder clientes, vai perder muitas oportunidades (BORGES; CLETO, 2021, p. 02).

Ainda, segundo Borges e Cleto (2021), observa-se que as empresas contábeis lidam com uma gama muito extensa de dados sensíveis, com isto, torna-se essencial a utilização de um plano de *compliance* atrelado ao uso da LGPD. Os autores alertam sobre a importância para a classe contábil realizar a adequação à legislação vigente e buscar conhecimento mais profundo de como tratar os dados.

Oliveira *et al.* (2019) descrevem que para estar em conformidade junto a LGPD é necessário que as organizações percorram alguns caminhos que propiciem maior segurança na proteção de dados, e o *compliance* manifesta-se como uma poderosa ferramenta para atingir este propósito. Os autores ressaltam ainda que a adaptação à LGPD exige que as empresas analisem o tipo de programa de *compliance* a ser implementado considerando o porte da organização e os riscos que estão suscetíveis, além da base tecnológica que preze pela segurança dos dados, sistemas de governança e preparação dos colaboradores (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

## 2.2 Importância dos avanços tecnológicos para os negócios contábeis

No mundo corporativo, em especial na área contábil, a tecnologia manifesta-se como um fator de sobrevivência ao longo do tempo. Em 1992, Yong explanou a tecnologia da informação como um dos principais fatores para o sucesso das organizações, sobretudo em países desenvolvidos e no que tange a continuidade e competitividade dos negócios.

Em 1995, Polla descreveu a tecnologia como um componente estratégico para apoiar o gerenciamento das empresas e posteriormente em 2004, o reflexo da tecnologia para a contabilidade foi relatado por Araújo; Cavalcante Júnior e Duarte:

As funções tradicionais de contabilidade como a escrituração, elaboração, divulgação, análise e controle dos dados contábeis foram afetados profundamente em suas metodologias. Os procedimentos atuais, utilizados na contabilidade para alcançar seus objetivos, são realizados de maneira bastante diferentes de algumas décadas atrás. Isso ocorre por causa da introdução da tecnologia da informação (ARAÚJO; CAVALCANTE JÚNIOR; DUARTE, 2004, p. 06).

Ainda, de acordo com Araújo; Cavalcante Júnior e Duarte (2004), a tecnologia da informação fornece subsídios ao contador por meio do alcance a dados fidedignos em um espaço curto de tempo e de qualquer local onde o profissional ou cliente esteja. A troca de informações ocorre normalmente e de forma ágil, não se limitando a um espaço físico.

Dentre as finalidades da tecnologia da informação, Rossetti e Morales (2007) destacaram benefícios em acompanhar as transformações de forma ágil, contribuição no plano estratégico e na competitividade e sobrevivência dos negócios, favorecendo a disseminação do conhecimento.

Neste contexto, Grande; Estébanez e Colomina (2011), descreveram que a utilização de sistemas de informações contábeis, atrelados à tecnologia, agregam em melhorias para adaptação às mudanças e na gestão das operações, com isto, eleva-se o grau de competitividade colocando os negócios em posição de destaque no mercado possibilitando crescimento. Em seus relatos, Souza (2014) aponta alguns exemplos dos benefícios obtidos em decorrência dos avanços tecnológicos para a contabilidade, como, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Sistemas Integrados de Gestão (ERP) que contribui significativamente na redução de custos, sistemas em nuvem que possibilita acesso às informações de qualquer parte do planeta.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é outro fator que ocasionou significativas transformações no ambiente empresarial por viabilizar ao Governo no domínio Federal, Estadual e Municipal o acesso à todas as transações incorridas nas empresas. Neste ambiente, é válido mencionar o fenômeno tecnológico *Big Data*, conceito utilizado para caracterizar um conjunto de dados diversificados, ao qual não é possível processar por métodos computacionais tradicionais, levando em conta a complexidade e particularidades.

De acordo com *Association of Chartered Certified Accountants* (2016), a inovação digital ocorre em ritmo acelerado e se mostra como um dos principais motores que motivam mudanças para a profissão e os negócios contábeis por todo o mundo. A pesquisa apresenta dados que em até 10 anos a inteligência da informação trará sistemas contábeis e softwares que irão extinguir processos manuais automatizando procedimentos complexos de

contabilidade e financeiros, norteando as funções do contador para perspectivas mais estratégicas do negócio.

Conforme exposto, a décadas a contabilidade percorre um caminho de evolução junto aos avanços tecnológicos, assim, vislumbrando-se a necessidade de mecanismos que normatizem o tratamento e utilização dos dados e informações sensíveis.

### 2.3 Governança

A governança corporativa é classificada como o conjunto de mecanismos de incentivo e controles internos e externos que visam harmonizar a relação entre acionistas e gestores, objetivando maior transparência nas decisões tomadas (SILVEIRA, 2004). A governança corporativa proporciona meios para monitorar e controlar a gestão e o desempenho das empresas, fornecendo maior credibilidade nas informações, segundo Nascimento e Reginato (2008).

O IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), é uma entidade que contribui para disseminar as melhores práticas de governança por meio da geração de conhecimento, e descreve a governança corporativa como:

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2020, p. 01).

Os princípios básicos da governança, quando adotados de forma adequada com base no código das melhores práticas de governança corporativa, podem trazer resultados satisfatórios no que se refere a confiança interna e externa, tendo como premissa os princípios (IBGC, 2020), conforme apresentado no Quadro 1:

**Quadro 1 – Princípios de Governança Corporativa IBGC**

<b>Transparência</b>	<b>Equidade</b>	<b>Prestação de contas</b>	<b>Responsabilidade Corporativa</b>
Interesse em tornar pública e sem restrição, todas as informações orientam as ações gerenciais	Tratamento justo e isonômico para com sócios e stakeholders	Os agentes de governança devem desempenhar seus papéis com clareza, de forma concisa, compreensível e tempestiva, responsabilizando-se por seus atos	Os agentes de governança devem prezar por uma conduta que vise a longevidade das organizações, zelar pela sustentabilidade, reduzindo aspectos negativos e evidenciar os positivos

Fonte: adaptado de IBGC pela autora (2022).

Santos e Baruque (2010), caracterizam a governança como a reunião de práticas e responsabilidades adotadas pelos administradores de uma organização, projetando um direcionamento estratégico para o alcance de objetivos, mensuração de riscos e a utilização dos recursos de forma transparente.

A governança corporativa de acordo com o IBGC, busca “preservar e otimizar o valor da organização, propiciando acesso a recursos e favorecendo sua longevidade”, em outra perspectiva, a governança de TI faz referência quanto a aplicação de procedimentos provenientes da tecnologia, vislumbrando o direcionamento mais adequado para as informações (MORAIS; GONÇALVES, 2018).

Akabane (2012, p. 53), descreve a utilidade da governança de TI:

Trata-se de avaliar e orientar a utilização da TI para apoiar a organização e monitorar o seu uso para alcançar os resultados planejados. Nela incluem-se a estratégia e as políticas de uso da TI dentro de uma organização. Assim, a governança da TI é composta pela estrutura e processos para garantir que as organizações possam implantar adequadamente os investimentos em TI e que os programas, projetos e as operações possam ser realizados corretamente para que os resultados desejados sejam alcançados.

A área de TI é um núcleo altamente demandado para atender as necessidades vinculadas as questões regulatórias nacionais e internacionais e pressões dos ambientes internos e externos por acesso à informação, tornando-se assim parte fundamental da governança corporativa, com isto, a organização que toma decisões apenas com base no modelo personalizado dos administradores, pode promover ineficiência dos recursos investidos na área, segundo Molinaro e Ramos (2010).

Santos e Baruque (2010, p. 17), elucidam a governança de TI no contexto da governança corporativa, conforme apresentado na Figura 3:

**Figura 3** – Dimensões da governança



**Fonte:** Santos e Baruque (2010, p. 17).

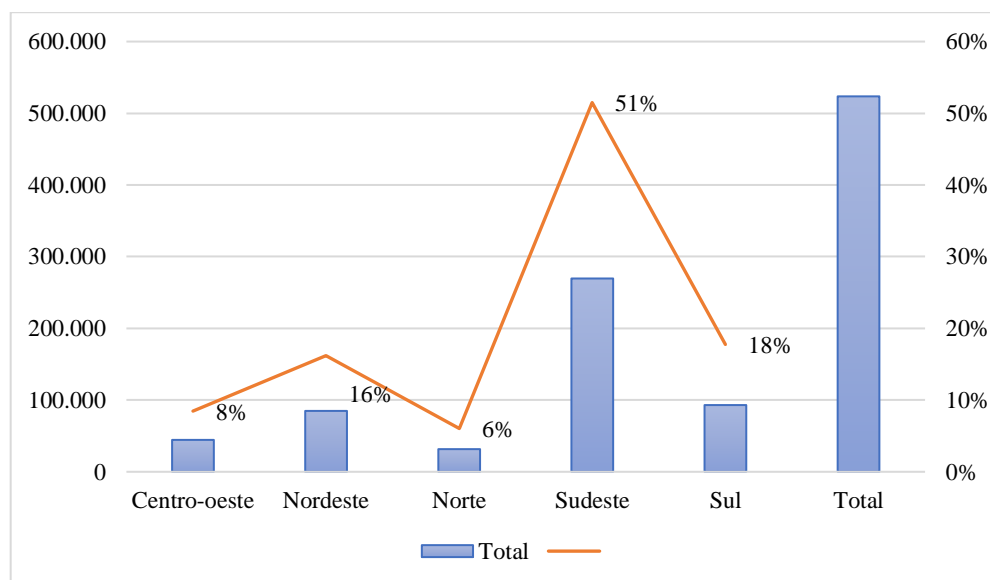
Neste campo, é pertinente destacar que a governança da informação é o agrupamento de normas, instruções e controles de responsabilidades, com o objetivo de assegurar que as informações sejam fidedignas, dando suporte às organizações sob a ótica de três perspectivas: Valor da informação, qualidade da informação e *compliance* da informação, segundo Lajara e Maçada (2013). A aplicação do uso da governança de TI e da informação devem seguir as práticas associadas à governança corporativa, resultando em maior valor comercial e competitivo, podendo garantir a conformidade com a estratégia e as leis que regulam os dados (WENDE, 2007).

Conforme exposto, as empresas podem obter benefícios com a utilização das boas práticas de governança, como, alcançar maior visibilidade de mercado, prevenção de erros e fraudes, evitar conflito de interesses, impedir o uso de informação privilegiada por poucos interessados, dentre outros aspectos. Um dos fatores relevantes da governança corporativa, é que pode ser implantada em grandes e pequenas empresas, dando destaque para as PMES que podem utilizar este artifício como base de sustentação para seu crescimento, segundo a Fundação Instituto de Administração (2022).

## 2.4 A profissão contábil e os escritórios de contabilidade no Brasil

O Brasil conta com mais de 523 mil profissionais de contabilidade, profissão que é regulamentada pelo Decreto-Lei nº 9295/46 e resoluções complementares que definem as atribuições do contador. O Decreto determina como premissa que os profissionais da classe contábil estejam devidamente registrados nos Conselhos Regionais e encontram-se sob fiscalização no exercício da profissão pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) (BRASIL, 1946).

O Gráfico 1 apresenta a representação da distribuição de profissionais da contabilidade por região da federação brasileira:



**Gráfico 1** – Distribuição de profissionais da contabilidade por região da Federação Brasileira  
**Fonte:** adaptado de CFC pela autora.

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC PG 01), disciplina a conduta do profissional contábil no exercício de suas atribuições em aspectos relacionados à classe e à profissão. De acordo com Schirmer e Thaines (2021), o código estabelece para a gestão contábil as boas práticas a serem adotadas, além do cuidado com o sigilo, integridade, honestidade e transparência com as informações relativas ao escopo da sua função.

O papel do contador é significativo e indispensável no mundo corporativo e na sociedade, é responsável por contribuir através do seu conhecimento para a evolução dos

negócios, visando apoiar os gestores em tomadas de decisão, objetivando maior assertividade e sucesso nos negócios.

Iudícibus; Marion e Faria (2018), descrevem que as decisões nas empresas deverão ser cercadas de cuidados com avaliações profundas e baseadas em dados confiáveis, assim, evitar falhas no momento decisório. Neste âmbito, a Contabilidade é o mecanismo que produz e coordena informações que posteriormente darão suporte aos administradores a tomar decisões, por meio da utilização dos relatórios econômicos e financeiros.

Neste contexto, o contador permeia com as mudanças incorridas desde a convergência às normas internacionais e a globalização, ao qual precisa de aptidões para contribuir com as empresas, por meio do processo contínuo de aprendizado. Com esta realidade tecnológica, a área contábil e os profissionais de contabilidade devem demonstrar que estão diretamente atualizados com processos tecnológicos e operando na era digital e desta forma acelerar a apresentação de dados contábeis para tomada de decisão, segundo Fernandes; Tarocco Filho e Santos (2020).

Araújo; Cavalcante Júnior e Duarte (2004) relatam que as mudanças provenientes da globalização geram intensos reflexos aos profissionais da área de negócios, em especial na profissão contábil:

A profissão contábil talvez seja uma das que mais sofrem influências do processo de globalização, pois aumentou a necessidade de profissionais que avaliem e registrem os aspectos econômicos e financeiros dos investimentos, e que sejam um aliado do sucesso de seu cliente: ajudando-o na redução de custos, no melhor perfil de endividamento, nos avanços tecnológicos, no encurtamento do ciclo de produção, no aumento da qualidade, rentabilidade, na fatia de mercado (ARAÚJO; CAVALCANTE JÚNIOR; DUARTE, 2004, p. 03).

Os avanços incorridos na sociedade atrelado às transformações tecnológicas e o crescimento acelerado do comércio, produtos e serviços eletrônicos e totalmente digitais, demonstra a necessidade de profissionais contábeis com novo perfil que disponha de características direcionadas para a tecnologia, seja mais estratégico e forneça informações pertinentes para os processos decisórios (SOUZA, 2014).

A profissão contábil está em constante evolução, no Brasil em especial, a partir de 2008, quando ocorreu o movimento de harmonização das normas para os padrões internacionais, decorrente da Lei 11.638/2007 que alterou e invalidou partes das Leis 6.404/1976 e 6.385/1976, da Lei 11.941/2009 e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), circunstâncias que colocaram em evidência a

necessidade de profissionais que estejam aptos para atender a esta nova realidade (SOUZA, 2014).

Leal; Soares e Sousa (2008), relatam que o profissional contábil considerado capacitado e comprometido, necessita de habilidades e competências para exercer a profissão que transcendam o conhecimento contábil, como, visão sistêmica, aplicação consistente da legislação, inserção de mecanismos de tecnologia voltados para sistemas contábeis e controle gerencial, desempenhar o seu papel com ética seguindo sempre a legislação.

Em suma, não é recomendado que o profissional se limite apenas ao conhecimento adquirido no contexto acadêmico da graduação, mas que busque qualificação continuada em outras áreas para contribuir em processos decisórios ao longo da carreira. Iudícibus; Martins e Marion (2020), elencam uma relação de aproximadamente 50 especializações que se enquadra ao profissional de contabilidade que pode proporcionar destaque em ambientes diversificados, seja como contador em empresas, profissional autônomo, no meio acadêmico ou em órgãos públicos.

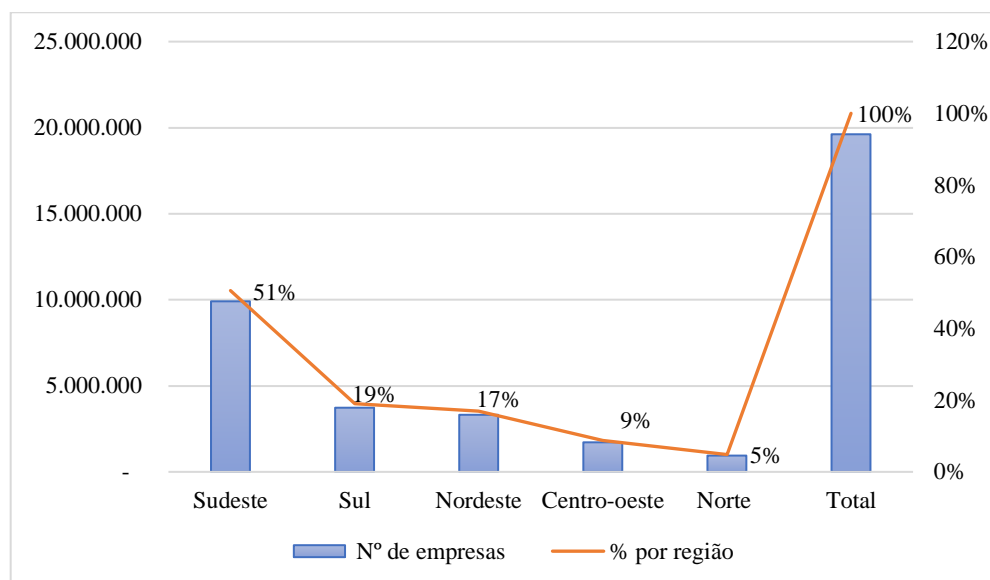
No que tange a tecnologia, Iudícibus; Martins e Marion (2020), relataram que o ambiente contábil está passando por um lento processo de transformação, porém, não vislumbra outro cenário que não seja a adaptação a estas mudanças, sendo incumbência do profissional contábil a mudança de atitude para inserir a tecnologia na rotina:

Caberá aos profissionais da Contabilidade uma mudança de atitude, encarando a tecnologia como parceira para facilitar sua vida e a dos negócios, poupando-o de trabalhos operacionais rotineiros, proporcionando mais tempo para o desenvolvimento de suas habilidades de inteligência e conhecimento (IUDÍCIBUS; MARTINS; MARION, 2020, p. 06).

Diógenes (2006), descreve que o perfil do contador no âmbito da tecnologia precisa atender a aspectos e condições que sejam intuitivos para o futuro por meio de acontecimentos ocorridos no presente, oferecendo mecanismos estratégicos para as organizações, de forma a levar em questão soluções futuras, antevendo fatos que possam resultar em malefícios aos negócios.

Diante do exposto, o profissional contábil necessita adquirir conhecimentos específicos para suprir as demandas existentes no meio empresarial e econômico do país, que possui número superior a 80 mil escritórios de contabilidade e supera 17 milhões de empresas ativas, conforme o Gráfico 2, que apresenta a distribuição das empresas por região

do país. Tal fato, torna indispensável a figura do profissional de contabilidade para contribuir com o seu conhecimento e perspectivas tecnológicas para o progresso e prosperidade destas empresas, entregando um serviço de qualidade por meio dos escritórios.



**Gráfico 2** – Distribuição das empresas por região

**Fonte:** Painel mapa de empresas (Gov.Br) adaptado pela autora (2022).

## 2.5 Pesquisas anteriores

Nesta seção, são abordados estudos que trataram os temas vinculados a implantação da LGPD e boas práticas de governança em empresas do setor contábil que é objeto deste estudo, assim como, os avanços tecnológicos *versus* a necessidade em melhorias no âmbito da segurança de dados.

Durante o desenvolvimento, observou-se pesquisas que destacaram a importância e a aplicação da governança de dados para todo tipo de empresa, de acordo com Wende (2007) que enfatizou um modelo de governança de dados que contém as funções da qualidade de dados, área de apoio à tomada de decisão e atribuições de responsabilidades. Em sua pesquisa, Santos; Santos e Leite Filho (2020), evidenciaram as transformações que a contabilidade vem passando, principalmente no que se refere a evolução tecnológica dos sistemas contábeis, mencionados neste estudo.

A informação contábil foi explorada por Nascimento e Reginato (2008) que propuseram a implementação de mecanismos de governança, sistemas de informações e

controles internos objetivando a redução do desequilíbrio informacional da contabilidade gerando mais qualidade nos materiais divulgados.

A adoção das práticas de governança corporativa, foi analisada por Maçada *et al.* (2019), ao qual concluíram que a governança de TI e a governança da informação devem estar estruturadas com a governança corporativa, além descrever elementos que servem como base de implantação de cada tipo de governança e que seja adequado à diferentes tipos de empresas.

A governança corporativa e os controles internos, foram o foco da pesquisa desenvolvida por Souza; Bauer e Coletti (2020) por meio da observação por meio do olhar de profissionais da contabilidade. A pesquisa ressaltou a relevância das boas práticas de governança e da adaptação a procedimentos e controles internos como suporte a prevenção de erros e fraudes. Estes aspectos impactam diretamente as empresas de contabilidade que, caso implantem estes mecanismos, consequentemente melhoram a competitividade por meio da transparência e confiabilidade nos negócios.

A LGPD foi destaque na pesquisa elaborada por Câmara (2020), onde a autora pesquisou a aplicação da Lei em empresas contábeis por meio da coleta das informações via questionário destinado a profissionais contábeis, concluindo-se que a amostra apresentou que as empresas continham os requisitos que atendem a Lei naquela ocasião. Este estudo trará dados atualizados do tema, buscando identificar nos resultados obtidos se neste momento as empresas estão alinhadas com as exigências da LGPD.

A seguir, no Quadro 2, é demonstrada uma síntese dos autores que apresentaram estudos com temas relacionados a esta pesquisa:

Quadro 2 – Estudos correlatos

Autor/Ano	Abordagem do tema
<b>Literatura Estrangeira</b>	
Wende (2007)	A pesquisa abordou a importância da governança de dados de modo a atender perspectivas técnicas e os desafios estratégicos e operacionais das empresas. Descreveu que um modelo de governança de dados adequada ajuda as empresas com a responsabilidade da qualidade dos dados, destacando que a governança de dados é universal e se adapta a todo tipo de empresa.
Grande, Stephens, Colomina (2011)	O estudo apresentou a melhoria dos indicadores de desempenho e da produtividade de Pequenas e Médias empresas espanholas por meio dos sistemas de informações contábeis incorporados aos sistemas de tecnologia da informação.
Culnan (2019)	O trabalho destacou a importância do uso de uma política de privacidade formal para gerenciar riscos atrelados ao uso de dados, com o intuito de evitar problemas com privacidade.
<b>Literatura Nacional</b>	
Cruz, Passaroto, Tomaz Junior (2021)	Apresentou os impactos da Lei Geral de Proteção de dados em empresas de contabilidade, dando a conhecer as ações a serem tomadas pelos escritórios para que estejam em conformidade com a Lei, tornando-se mais seguro de forma geral.
Ribeiro, Moreira (2021)	O estudo explanou que os avanços tecnológicos promoveram melhorias nos processos contábeis, além de fomentar o surgimento da LGPD, dando destaque à tecnologia da informação que vem se tornando um valioso ativo dentro das organizações.
Câmara (2020)	Contextualizou a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados em empresas de contabilidade buscando identificar se os escritórios participantes da pesquisa estavam preparados para às regras da LGPD.
Souza, Bauer, Coletti (2020)	O objetivo da pesquisa foi analisar a percepção de profissionais da área contábil com relação aos controles internos vinculados a adoção das boas práticas de governança corporativa. Ratificando a relevância da governança corporativa para empresas de grande ou pequeno porte.
Santos, Santos, Leite Filho (2020)	Relataram as transformações em que a contabilidade está inserida desde o contexto das convergências às normas internacionais de contabilidade e o avanço sem precedentes da tecnologia.
Maçada <i>et. al.</i> (2019)	Expuseram a análise dos princípios e das justificativas que dão suporte para as organizações no desenvolvimento da implantação das práticas de Governança Corporativa, de TI e da governança da informação.
Piurcosky <i>et. al.</i> (2019)	Buscaram compreender a situação das empresas brasileiras com a adequação da LGPD no que tange a capacidade em atender aos atos regulatórios exigidos pela Lei. Concluíram que as empresas não estavam preparadas e necessitavam de mudanças em todos os aspectos nas áreas da tecnologia da informação e segurança da informação.
Nascimento, Reginato (2008)	Apresentaram uma análise demonstrando que a utilização de ferramentas atreladas a governança corporativa, sistemas de informações e controles internos, minimizam a assimetria informacional entre os usuários externos da informação contábil, reduz os riscos em que a organização está suscetível e garante a qualidade das informações.
Yong (1992)	A pesquisa ressalta a importância da tecnologia da informação nos países de primeiro mundo como fator preponderante para o sucesso e sobrevivência das empresas.

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2022).

Como observado no quadro, nota-se que este estudo anseia consubstanciar aos referidos trabalhos mencionados, visando contribuir com observações mais recentes a

respeito dos temas ligados a aplicação de governança e segurança de dados em empresas de contabilidade.

Outrossim, ele visa ainda corroborar sobre a importância da utilização das boas práticas de governança como base para o uso da LGPD, levando em conta o ambiente vulnerável em que o tratamento dos dados está inserido em detrimento dos avanços tecnológicos. Considerando-se que os estudos sobre a aplicação da LGPD em empresas contábeis foram realizados em grande parte na fase inicial da obrigatoriedade da Lei, em síntese, ampliar as referências para as empresas de contabilidade.

### 3 MÉTODOS E TÉCNICAS

Nesta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa que se classifica pela natureza qualitativa e exploratória e se deu por meio da utilização de questionário on-line aplicado para um grupo de especialistas da área contábil, visando contribuir com mais informações e conhecimento acerca do assunto.

A seleção dos respondentes, teve como objetivo obter um entendimento específico destes profissionais que fazem parte de um seletivo grupo da classe contábil da capital de São Paulo, com o intuito identificar se os escritórios fazem uso da governança e os impactos obtidos com a LGPD, assim, ampliar o conhecimento aos profissionais ligados à área.

A pesquisa qualitativa parte do pressuposto da busca e entendimento detalhado dos significados e atributos do problema ou produto pesquisado, o qual não pode ser interpretado exclusivamente por meios quantitativos, viabiliza ainda, o aprofundamento do fenômeno pesquisado, segundo Lima e Moreira (2015). Araújo, Oliveira e Rossato (2017), destacam que possui características com um sentido de interpretação e compreensão, não se apoiando apenas em explicações da realidade.

O método exploratório visa estabelecer maior domínio e entendimento do problema, na busca de deixar o assunto mais evidente e até mesmo construir prognósticos, pois possui tendência de ser mais flexível considerando diversificados enfoques do fato investigado, segundo Gil (2002).

A seguir, o Quadro 3 apresenta de forma sintetizada e em linhas gerais o desenvolvimento desta pesquisa:

**Quadro 3 – Síntese Metodológica e Matriz de Amarração**

<b>Componentes</b>	<b>Descrição e orientações metodológicas</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>		
<b>Objetivos</b>	Geral	Identificar a percepção de profissionais da área contábil em relação aos impactos obtidos com a adoção da LGPD.

	Específico	Verificar se os sujeitos da pesquisa enxergam que o escritório contábil possui mecanismos de governança implantado; Observar se a empresa faz uso de políticas de governança cibernética; Analisar o ponto de vista dos respondentes quanto aos esforços para a adoção da LGPD.
<b>Relevância</b>	Apresentar informações relevantes sobre o tema, ampliando a abordagem do assunto para empresários contábeis, tendo em vista a exigibilidade de implantação da Lei.	
<b>Justificativa</b>	A exigibilidade da Lei Geral de Proteção de Dados para todas as empresas brasileiras e a necessidade da adoção de boas práticas de governança com a inserção de tecnologias como fator competitivo. As empresas contábeis são afetadas diretamente nestes aspectos por tratar dados diariamente, sobretudo informações sensíveis e a necessidade em aperfeiçoar processos incessantemente.	
<b>Objeto de estudo</b>	A percepção de profissionais da área contábil acerca do tema da pesquisa.	
<b>Problematização da pesquisa</b>	As empresas contábeis adotam mecanismos de governança de dados e já se adequaram à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais?	
<b>Delimitação</b>	Levantamento das informações com um grupo selecionado de contadores com vasta experiência.	
<b>Natureza da pesquisa</b>	Qualitativa	Pesquisa exploratória descritiva.
<b>Construtos</b>	<i>Compliance</i> e governança contábil, competitividade, agregar valor ao segmento contábil.	
<b>Motivação</b>	Análise da utilização de governança e LGPD em escritórios de contabilidade e verificar a percepção quanto aos impactos identificados.	
<b>Contribuição social da pesquisa</b>	Apoiar profissionais contábeis ampliando a visão estratégica com vista ao escritório de contabilidade, assim, fornecer serviços com maior qualidade e transparência.	
<b>Contribuição acadêmica da pesquisa</b>	A abordagem deste tema ser verificado posteriormente atingindo um número maior de profissionais da área na busca de informações atualizadas.	
<b>METODOLOGIA</b>		
<b>Dados</b>	Os dados utilizados na pesquisa caracterizam-se como primários, com aplicação de questionário formulado no google formulários.	
<b>Sujeitos da pesquisa e Critérios de seleção</b>	Profissionais e empresários da contabilidade, selecionados com base na experiência na profissão.	
<b>Método de investigação científica</b>	Dedutivo.	
<b>Tipo de pesquisa</b>	Qualitativa e exploratória descritiva.	
<b>Período de realização da pesquisa</b>	De agosto de 2021 a outubro de 2022, com a aplicação de questionário no período de agosto a outubro de 2022.	
<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>		

<b>Referencial Teórico – principais autores pesquisados.</b>	Câmara (2020); Souza, Bauer e Coletti (2020); Cruz, Passaroto, Junior (2021); Schirmer e Thaines (2021); Burkart (2021)
--	---

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa com base em Takahashi e Fischer (2009) e Telles (2001).

### 3.1 Processo de Coleta de Dados

#### 3.1.1 Universo da pesquisa

A escolha dos sujeitos da pesquisa teve como premissas a especialização e vivência de profissionais que estão devidamente registrados no órgão da classe, providos de ampla experiência em rotinas contábeis, são empresários da contabilidade na capital paulista e/ou prestam consultoria para empresas. O objetivo foi buscar por meio de suas habilidades e competências à cooperação com a percepção acerca do tema da pesquisa, sob diferentes perspectivas.

A coleta dos dados se deu inicialmente por contato via telefone ou e-mail e posteriormente, após aceite em participar da pesquisa, ocorreu o envio do questionário online com 32 perguntas fechadas.

As perguntas foram distribuídas por blocos relacionados aos temas de implantação, contemplando assuntos gerais para entender o perfil dos respondentes e perguntas específicas para captar a percepção de forma individualizada. O questionário foi aplicado no período de agosto a outubro de 2022, após a seleção dos profissionais para responder as questões.

#### 3.1.2 Desenvolvimento do questionário

A elaboração do questionário seguiu as etapas demonstradas na figura 4, dando início com a revisão da literatura e análise bibliográfica, identificando-se estudos com maior relevância para contribuir ao tema da pesquisa, visando identificar teorias que estavam em linha com a adoção de boas práticas da governança direcionada para empresas contábeis, e os impactos da LGPD para este segmento de empresas no Brasil.

A definição das perguntas foi fundamentada em trabalhos específicos relacionados aos temas de governança e LGPD, provenientes de livros, trabalhos acadêmicos e órgãos públicos, e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. No livro “Governança de

tecnologia da informação” Morais e Gonçalves (2018), enfatizaram a importância da governança de TI nas organizações, descrevendo os objetivos e componentes da governança de TI. Em destaque, o capítulo dos fatores motivadores da governança de TI, que reforça a contribuição da governança para as empresas.

No artigo “A tecnologia da informação como suporte à gestão estratégica da informação na pequena empresa” Moraes; Terence e Escrivão Filho (2004), contribuíram com a visão do questionário para o momento atual, objetivando vislumbrar a percepção dos respondentes da pesquisa com a adoção de novas tecnologias.

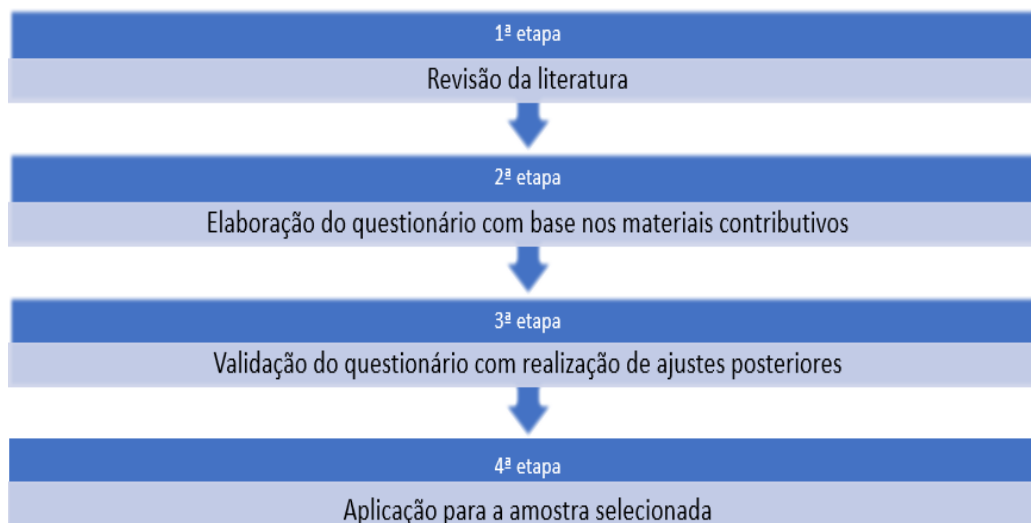
Os demais materiais utilizados para corroborar com o questionário e fornecer maior robustez a pesquisa, centraliza-se na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o levantamento de governança do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2022a). Sendo assim, realizou-se um filtro e adaptação das principais questões que estão consoantes a esta pesquisa. A partir disso, o desenvolvimento do questionário considerou as etapas a seguir, com questões fechadas e distribuídas por blocos totalizando 32 perguntas:

- Informações gerais com perfil do respondente e da empresa que atua contendo cinco campos;
- A correlação da empresa com a governança corporativa contendo seis perguntas;
- Uso da governança de dados com cinco perguntas;
- Adoção e utilização da LGPD no cotidiano da empresa, com sete perguntas;
- Posteriormente, sete perguntas sobre as percepções obtidas com a adoção das práticas de governança corporativa, de dados e uso da LGPD;
- Por fim, duas questões para entender o investimento realizado e os impactos percebidos com a adoção das boas práticas de governança.

A etapa seguinte foi a validação do questionário com dois professores que não estão contemplados no público-alvo do escopo da pesquisa. Sendo, o primeiro professor, doutor da PUC-SP no curso de mestrado em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças, doutor, pesquisador na área. O segundo, mestre que validou é formado pela Fundação Getúlio Vargas e professor nas Universidades Impacta de Tecnologia (curso de Gestão em Tecnologia da Informação) e Unidrummond (curso de logística).

Após a avaliação e reformulação com os ajustes necessários, o questionário foi enviado via link do Google formulários para os profissionais contábeis selecionados.

**Figura 4** – Desenvolvimento do questionário.



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2022).

### 3.2 Da abordagem à análise dos dados - Etapa de coleta e tratamento dos dados

A primeira etapa do questionário ocorreu com a aplicação do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), apresentado no Apêndice A, que anteriormente passou pelo comitê de ética da PUC-SP, com isto, atendendo aos critérios éticos exigidos pela legislação brasileira.

A seguir houve a validação e envio do questionário, também incluído no Apêndice A, iniciando-se com a etapa de coleta das informações. Levando-se em conta que os sujeitos da pesquisa trata-se de um público-alvo específico na cidade de São Paulo. O primeiro contato ocorreu via telefone e/ou e-mail e foram recebidas 27 respostas consideradas válidas para atingir o objetivo do estudo.

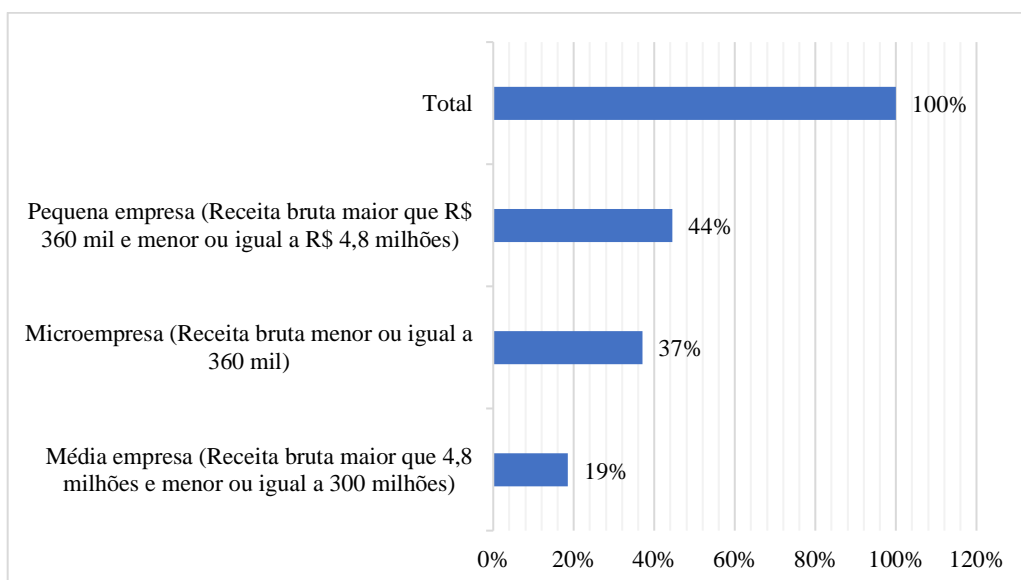
Posteriormente as respostas do questionário foram analisadas por gráficos do Excel e pelo software Iramuteq, versão 0.7 alpha 2 2020. O software permite análises estatísticas sobre dados textuais, como, lexicografias, método de classificação hierárquica descendente, análise de similitude, nuvem de palavras, dentre outros.

## 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados serão apresentados conforme a segmentação do questionário, que foi subdividido pelos grupos a seguir: Informações gerais dos respondentes e da empresa em que atua, governança corporativa e governança de dados, LGPD, percepções dos respondentes acerca das boas práticas de governança, informações sobre investimento financeiro para adaptação da empresa no âmbito dos avanços tecnológicos, por fim, os impactos percebidos com a adoção da governança e segurança de dados.

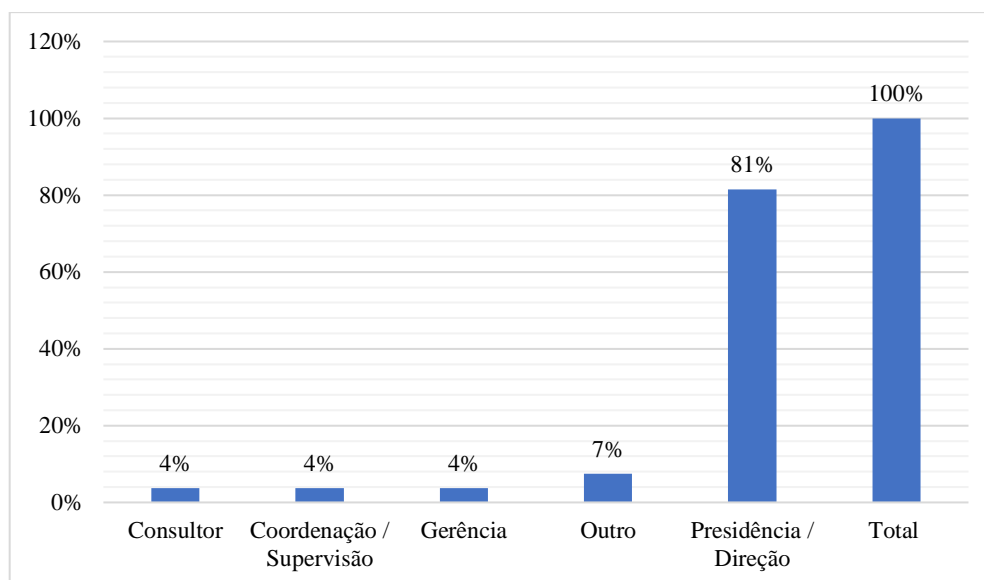
### 4.1 Caracterização dos entrevistados

A fase inicial do questionário solicitou a concordância por parte dos 27 participantes em prosseguir com a contribuição na pesquisa, neste quesito houve 100% de adesão em continuar a participação. A etapa seguinte foi a coleta de informações sobre o porte da empresa, identificando-se que 37% do perfil dos respondentes está atrelado a microempresa, 44% a pequena empresa e 19% a empresa de médio porte, conforme Gráfico 3:



**Gráfico 3** – Perfil do porte das empresas  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com relação ao nível hierárquico dos respondentes na empresa contábil, obteve-se o resultado apresentado no Gráfico 4:

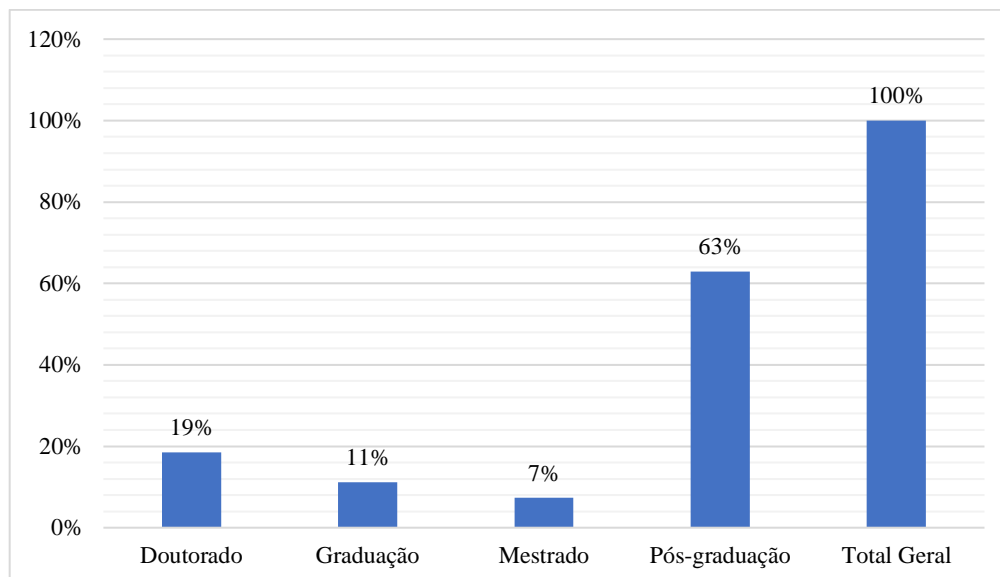


**Gráfico 4** – Nível hierárquico que ocupa na organização

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se nesta etapa que 81% dos profissionais que responderam ao questionário, se refere a cargo de presidência ou direção da empresa, 4% ocupam cargo de coordenação e/ou supervisão, 4% gerência, 4% consultoria e 7% outro. Deste modo, identifica-se que a maior parte dos sujeitos conseguem contribuir de forma assertiva para o resultado da pesquisa, tendo em vista a posição estratégica nas empresas contábeis coletadas.

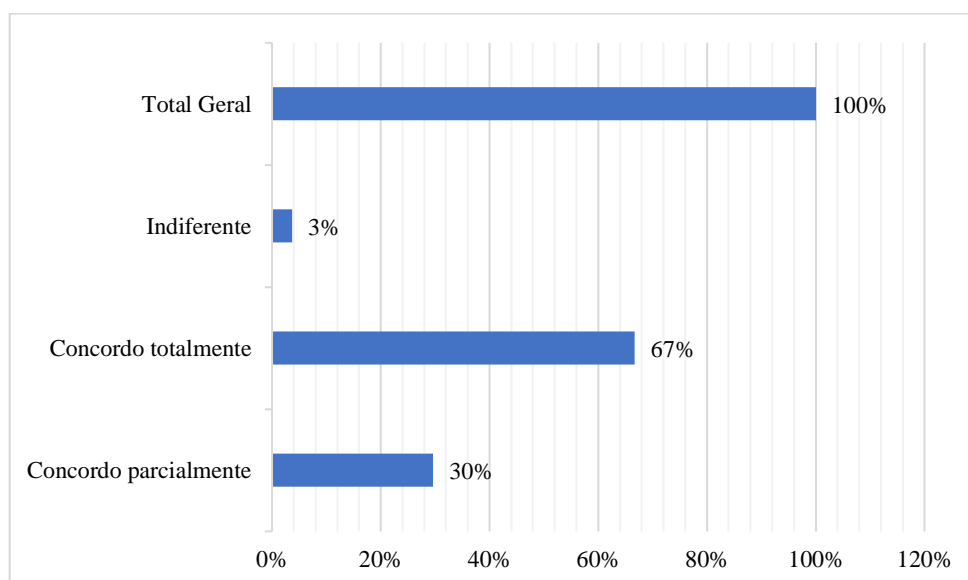
No que se refere ao grau de instrução dos respondentes, 63% possuem nível de pós-graduação, 19% com título de doutorado, 11% graduação e 7% são mestres, conforme Gráfico 5.



**Gráfico 5** – Nível de escolaridade  
 Fonte: Dados da pesquisa (2022).

#### 4.2 Análises acerca da relação da empresa com as boas práticas da governança corporativa

Nesta segunda etapa do questionário, foram explanadas questões no tocante à governança corporativa na organização. Este bloco teve como ponto de partida um questionamento sobre a missão da empresa contábil, se está alinhada aos objetivos empresariais e se é divulgada nos principais canais da empresa para facilitar o acesso aos colaboradores. Obteve-se as considerações a seguir demonstradas no Gráfico 6:



**Gráfico 6** – A missão está alinhada aos objetivos da empresa.  
 Fonte: Dados da pesquisa (2022).

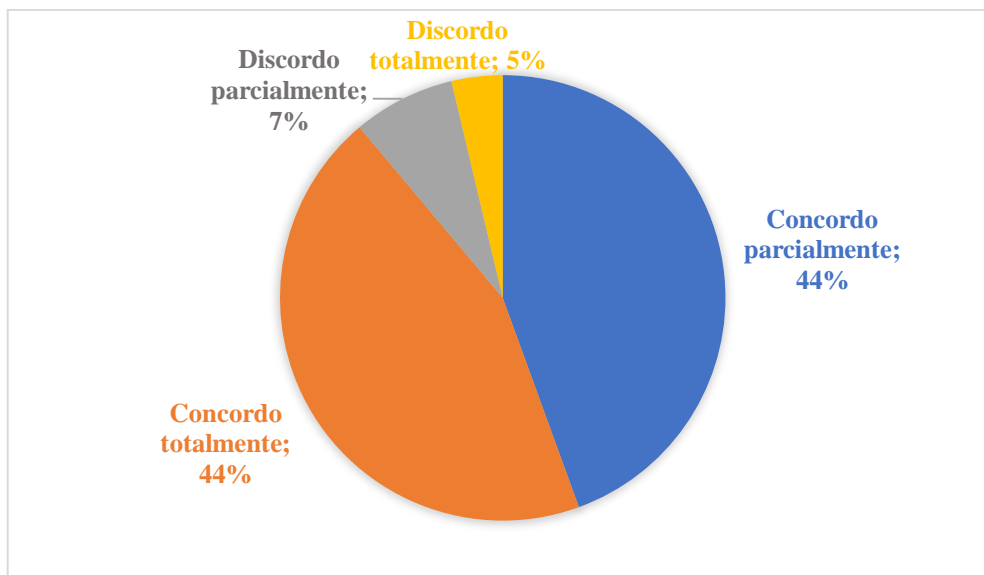
Neste tópico, nenhum participante optou pelas respostas que discordam parcialmente ou totalmente da questão. Contudo, obteve-se como resultado, um participante que se mostrou indiferente em sua resposta, representando 3%, oito participantes responderam concordar parcialmente, representando 30% dos sujeitos da pesquisa. Por fim, 67% dos respondentes (18 participantes), disseram concordar totalmente que a missão está em linha aos objetivos e ainda que a divulgação é realizada nos principais canais da empresa.

Esta questão, demonstra no primeiro momento, um aspecto relevante para a governança na empresa, pois a maior parte dos respondentes, representados por 67% concordaram totalmente e 30% concordando parcialmente, totalizam aproximadamente 97% dos respondentes demonstrando que de alguma forma, a missão está alinhada aos objetivos e acessível aos colaboradores da empresa.

Na pergunta seguinte, o questionamento concerne no planejamento estratégico da empresa contábil, onde buscou-se identificar se a empresa realiza planejamento estratégico, com o devido acompanhamento e envolvimento da equipe que irá executar. O resultado apontou que 44% dos respondentes confirmaram concordando totalmente que a empresa realiza o planejamento estratégico com acompanhamento e envolvimento da equipe e 44% concordaram parcialmente com a questão. Assim, demonstra-se que aproximadamente 88% concordam que a empresa possui o planejamento estratégico alinhado.

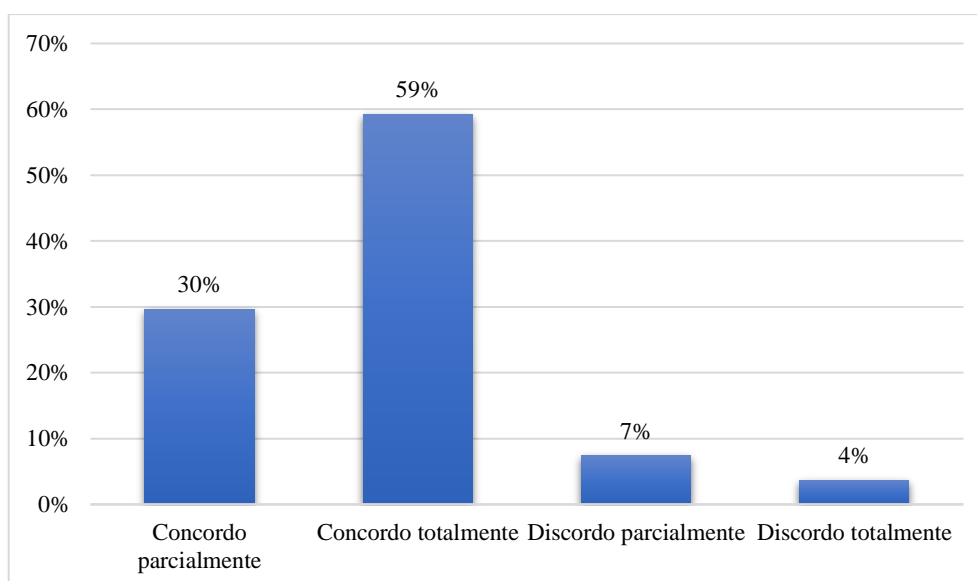
Por outro lado, 7% dos participantes responderam que discordam parcialmente e 5% discordaram totalmente da questão, percebendo-se que para estes respondentes, as empresas não estão com o planejamento estratégico traçado e alinhado com a equipe, conforme ilustrado no Gráfico 7.

Percebe-se que ao comparar com a questão anterior, no quesito da governança, que o resultado demonstra um certo distanciamento das políticas de governança de maneira abrangente para as práticas de planejamento estratégico, onde, na questão anterior, o resultado obteve 67% concordando totalmente e nesta questão reduz o grau de concordância total para 44%.



**Gráfico 7** – A empresa possui planejamento estratégico formatado com envolvimento da equipe.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

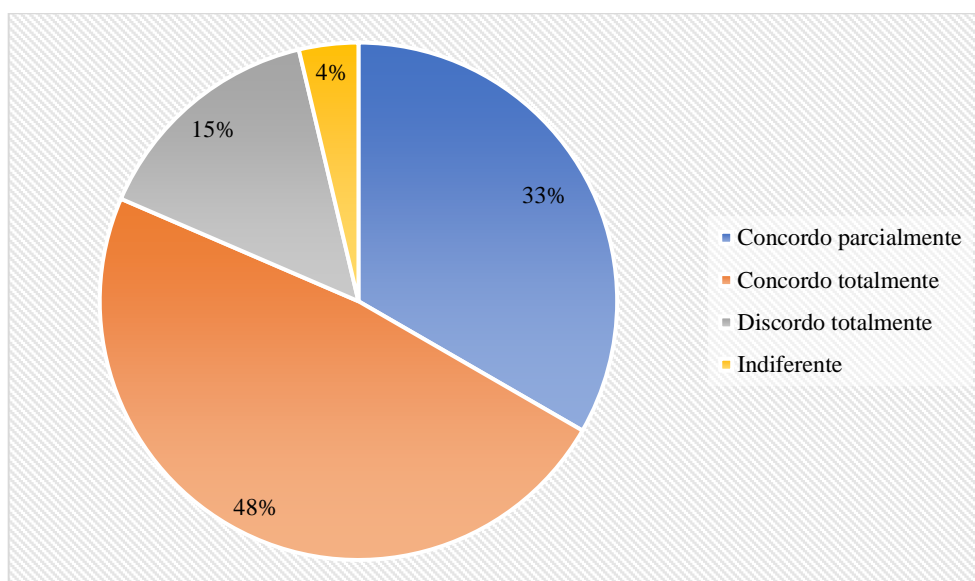
Na questão seguinte, verificou se os papéis e responsabilidades para utilização das boas práticas de governança dentro da empresa, estavam expostos de forma clara e objetiva. Sendo assim, identificou-se que 59%, dezesseis respondentes concordam totalmente, 30% dos respondentes concordam parcialmente (oito profissionais), 7% discordaram parcialmente e 4% discordaram totalmente com a questão, conforme resultados ilustrados no Gráfico 8.



**Gráfico 8** – Clareza dos papéis e responsabilidades das práticas de governança.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Este resultado aponta, por intermédio dos resultados, que mesmo a empresa, já aplicando boas práticas de governança, os papéis e responsabilidades não atingem com clareza uma grande parte da organização, sendo que 30% concordaram parcialmente, 7% discordaram parcialmente e 4% discordaram totalmente.

Com relação ao código de conduta e ética, foi perguntado se a empresa contábil possui este instrumento devidamente aplicado para todos os colaboradores com o acompanhamento e atualização sempre que necessário. Retornou-se que 48% concordam totalmente com a questão, correspondendo a treze respondentes, 33% concordam parcialmente, equivalendo a nove respondentes, 15% discordam totalmente, com quatro respostas e 4% equivalente a um respondente que se mostrou indiferente a pergunta, conforme apresenta o Gráfico 9.



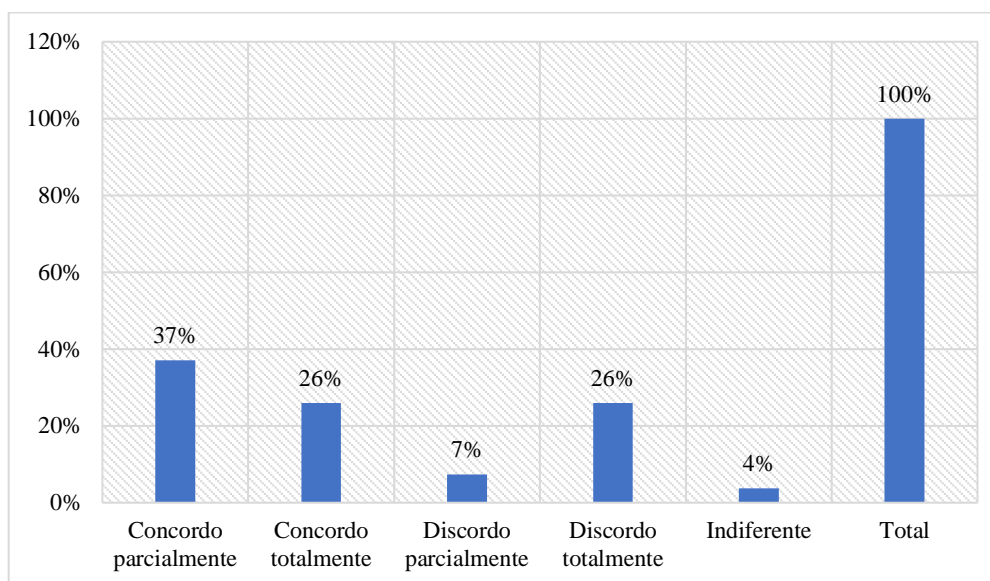
**Gráfico 9** – Veiculação e aplicação do CCE para toda empresa.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Neste item, percebe-se que a utilização do Código de Conduta e Ética nas organizações contábeis atingiu menos de 50% dos requisitos propostos na questão, onde, a somatória dos participantes que relataram concordância parcial, discordância total e indiferença resultou em 52%, superando aqueles que apontaram concordar totalmente.

Outro ponto abordado para as boas práticas de governança, refere-se a um canal de denúncia. Onde buscou-se verificar se a empresa disponibiliza um canal de denúncia e se incentiva a utilização para que toda a empresa tenha acesso e possa abordar assuntos

sensíveis, podendo contribuir com a redução de riscos para a organização. Obteve-se o resultado explanado no Gráfico 10:



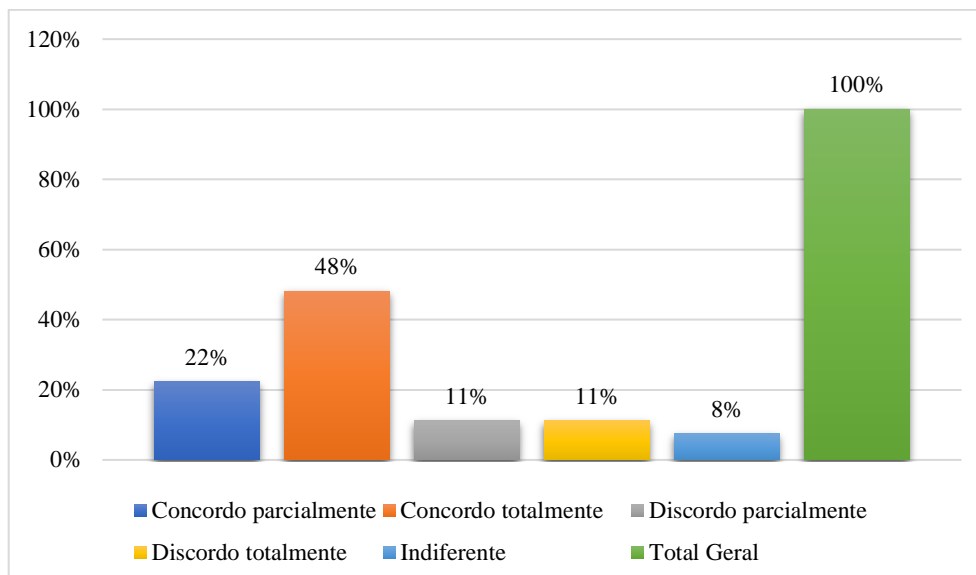
**Gráfico 10** – Disponibiliza e incentiva o uso do canal de denúncia.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Estes dados, diferente do que foi apresentado anteriormente, demonstra redução significativa para o item concordância total. Observa-se que 37% concordam parcialmente (dez respondentes), 26% concordam totalmente (sete respondentes), 7% discordaram parcialmente (dois respondentes), 26% discordaram totalmente (sete respondentes) e 4% se mostraram indiferente (um respondente).

O resultado apresenta, que ao desdobrar a aplicação das boas práticas de governança, constata-se que a disponibilização e utilização do canal de denúncia tem menor aderência em relação aos outros avaliados neste cenário, pois dos vinte e sete respondentes, apenas sete profissionais concordaram totalmente com a pergunta realizada.

Este bloco de questões é finalizado pela pergunta relativa aos documentos formais da organização com relação a mecanismos para solucionar conflitos de interesse em documentos formais da organização contábil. Para esta prática de governança, 48% informaram concordar totalmente que os documentos formais possuem meios para solucionar conflitos de interesse, 22% concordaram parcialmente, 11% discordaram parcialmente, 11% discordaram totalmente e por fim, 8% se mostraram indiferentes a questão, veja o Gráfico 11.



**Gráfico 11** – Mecanismos para solucionar conflitos de interesse em documentos formais.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Este módulo de perguntas associadas à governança corporativa para empresa contábil, no geral, obteve-se a média de respostas com a concordância parcial com a média de 32% correspondendo a nove respondentes, a concordância total ficou na média de 48% com treze respondentes, 3% se mostraram indiferentes às questões e 17% discordaram (6% parcialmente e 11% de forma total).

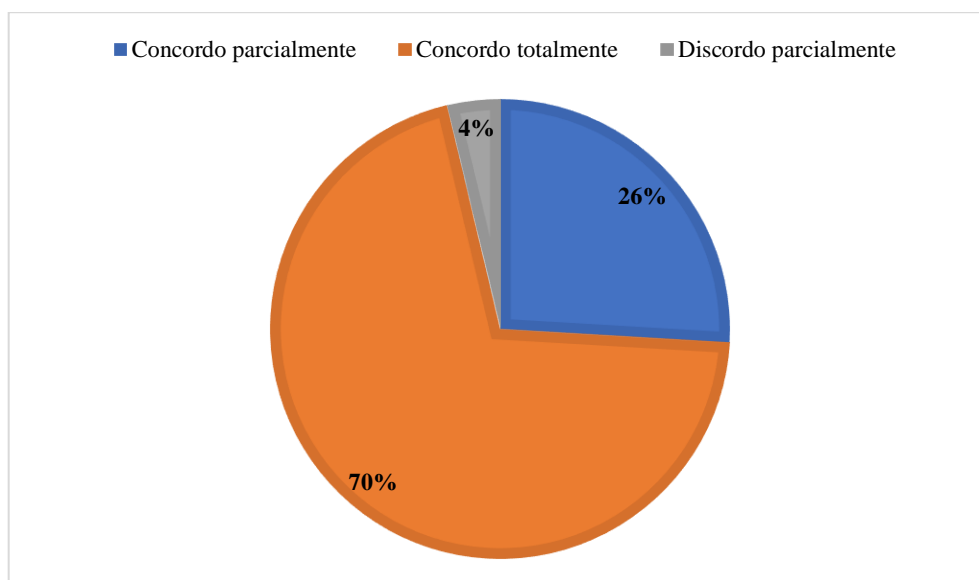
Os pontos com maior relevância tendo concordância total, foram os aspectos: A missão estar consoante aos objetivos da organização, com dezoito respondentes concordando totalmente, seguido da forma clara que a empresa possui em informar os papéis e responsabilidades de utilização das boas práticas da governança com a aderência total de dezesseis respondentes.

Os aspectos que tiveram maior representatividade de discordância dos participantes, estão centrados nos quesitos se a empresa possui um canal de denúncia e incentiva a utilização do mesmo com sete respondentes e quatro respondentes discordando que a empresa aplica o CCE para os colaboradores da empresa.

#### 4.3 Abordagem relativa à governança de dados e segurança cibernética na empresa contábil

A terceira fase do questionário, abordou perguntas sobre a governança de dados e segurança cibernética na organização contábil, iniciando-se pelo questionamento sobre o uso de uma política obrigatória e formalizada da segurança da informação na empresa de contabilidade.

Coletou-se as respostas demonstradas no Gráfico 12: 4% dos respondentes discordaram parcialmente que a empresa faz o uso de uma política de segurança da informação; 26% concordaram parcialmente e a grande maioria de 70% concordaram totalmente com a questão, afirmando que 19 dos 27 participantes fazem uso de uma política de segurança da TI.



**Gráfico 12** – A organização faz uso de política de segurança da informação formalizada e obrigatória.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O item a seguir, abordou-se a empresa possui de maneira definida e formalizada a política que utiliza em relação aos papéis e responsabilidades para a governança e gestão de dados. Identificou-se que 52% concordaram totalmente, atestando que a empresa possui a política; 41% concordaram parcialmente e apenas 7% discordaram deste fator, de acordo com a Tabela 1.

**Tabela 1** – Tem definida e comunica formalmente os papéis e responsabilidades para a governança e gestão de dados?

<b>Resultado</b>		<b>%</b>
Concordo parcialmente	11	41%
Concordo totalmente	14	52%
Discordo parcialmente	1	3,5%
Discordo totalmente	1	3,5%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Neste enfoque da governança de dados, torna-se pertinente questionar se a empresa contábil dispõe de uma equipe técnica especializada que tenha como objetivo principal mitigar riscos para a empresa. Neste sentido foi examinado se a empresa possui esta vertente e se realiza avaliação periódica, obtendo-se os resultados apresentados na Tabela 2:

**Tabela 2** – Possui equipe técnica especializada, que segue diretrizes da organização e é avaliada periodicamente para mitigar riscos?

<b>Resultado</b>		<b>%</b>
Concordo parcialmente	10	37%
Concordo totalmente	12	44%
Discordo parcialmente	1	4%
Discordo totalmente	3	11%
Indiferente	1	4%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O resultado apontou que 81% concordaram, sendo 37% concordaram parcialmente e 44% concordaram totalmente, constatando-se que uma parte significativa das empresas possuem uma equipe especializada para mitigar possíveis riscos na organização. Dentre os demais respondentes, 4% colocam-se como indiferente, 15% discordaram, tendo 4% discordando parcialmente e 11% discordando totalmente.

Outro tema abordado buscou identificar se a organização tem clareza na definição dos níveis de risco da segurança da informação em que pode estar suscetível, observando o nível de aceitação e, a partir disto, toma decisões estratégicas com o resultado obtido nesta verificação, a seguir na Tabela 3.

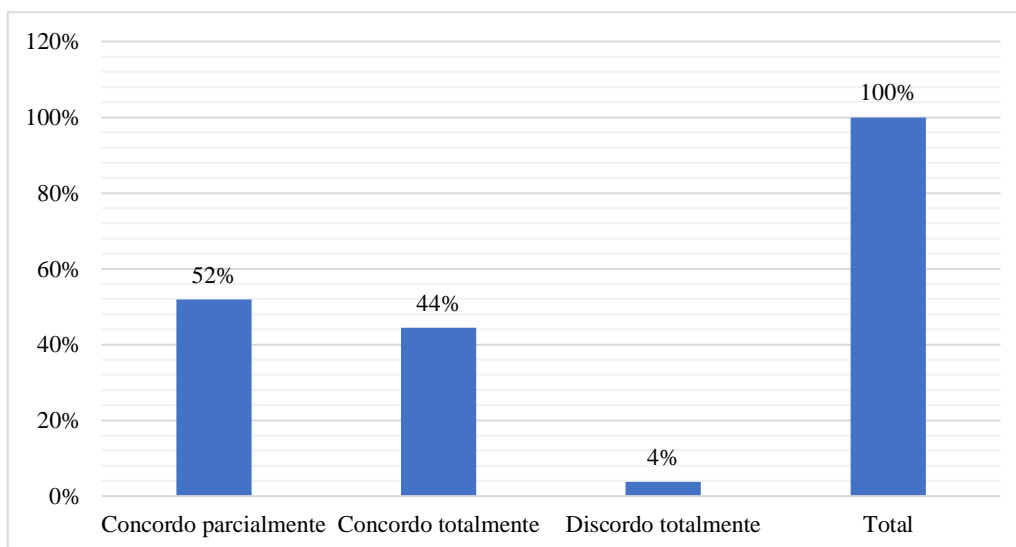
**Tabela 3** – Possui clareza na definição dos níveis de risco da segurança da informação, verificando o nível de aceitação e toma decisões estratégicas?

<b>Resultado</b>	<b>%</b>	
Concordo parcialmente	9	33%
Concordo totalmente	16	59%
Discordo parcialmente	1	4%
Discordo totalmente	1	4%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os respondentes em sua grande maioria, concordaram com a pergunta, sendo, 33% de maneira parcial e 59% concordaram totalmente. Apenas 8% discordaram: 4% parcialmente e 4% totalmente. Assim, percebe-se que a maior parte dos respondentes ratificam que as empresas contábeis, em sua maioria demonstram clareza na definição dos níveis de risco da segurança da informação.

O último item abordado no tópico de governança de dados, refere-se ao treinamento e capacitação da equipe envolvida neste processo. Foi questionado se a empresa contábil possui ou viabiliza a capacitação da equipe, objetivando desenvolver competências que supram as necessidades da organização, os resultados estão ilustrados no Gráfico 13:



**Gráfico 13** – Possui e viabiliza programa de treinamento e capacitação para equipe da segurança da informação?

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O resultado obtido apresentou relevância com a concordância dos respondentes, demonstrando o cuidado das empresas com este aspecto: 52% dos participantes concordaram parcialmente, 44% concordaram totalmente e apenas 4% discordaram totalmente.

Conclui-se nesta etapa do questionário, que as empresas contábeis pesquisadas estão com o nível mais elevado nos fatores de governança de dados se comparada com a governança corporativa no geral. O índice para os que concordaram totalmente foi elevado para uma média geral de 54%, correspondendo a média de quinze respondentes. A pergunta que mais teve representatividade com a concordância total, foi a que se refere ao uso de políticas de segurança da informação, com dezenove respondentes.

Com relação ao item com maior discordância, apurou-se a quantidade de três respondentes, número relativamente baixo, que discordaram com o apontamento: A empresa dispõe de uma equipe técnica especializada para mitigar riscos.

#### 4.4 Governança atrelada a LGPD

Concluindo-se a etapa da governança de dados, inicia-se a abordagem da governança atrelada a LGPD com o questionamento aos respondentes se já conheciam a Lei e se foi realizada a implantação na empresa contábil.

Os resultados alcançados retrataram que mesmo com a Lei em vigor, não foi alcançada uma aderência de 100% dos respondentes, conforme Tabela 4, tendo: 33% dos participantes concordaram parcialmente, 48% concordaram totalmente, 8% discordaram parcialmente e 11% discordaram totalmente, fato que pode trazer malefícios para as empresas contábeis levando em conta a obrigatoriedade da Lei.

**Tabela 4** – Conhece a LGPD e já realizou a implantação na empresa?

<b>Resultados</b>	<b>%</b>	
Concordo parcialmente	9	33%
Concordo totalmente	13	48%
Discordo parcialmente	2	8%
Discordo totalmente	3	11%
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A questão seguinte demonstrada na Tabela 5, procurou identificar se a implantação da LGPD ocorreu com o envolvimento de toda a equipe, se o processo buscou conscientizar e demonstrar transparência aos direitos e respeito das pessoas, coletou-se os resultados a seguir: Dos vinte e sete participantes vinte e dois concordaram, sendo, 41% parcialmente e 41% totalmente. Cinco participantes discordaram, três parcialmente e dois totalmente.

Este dado, corrobora com a questão anterior, ao qual, cinco participantes discordaram com o fato de conhecer e implantar a LGPD na empresa contábil.

**Tabela 5** – A implantação da LGPD ocorreu com envolvimento e conscientização de toda equipe?

<b>Resultados</b>	<b>%</b>	
Concordo parcialmente	11	41%
Concordo totalmente	11	41%
Discordo parcialmente	3	11%
Discordo totalmente	2	7%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Um dado relevante a ser observado e que visa demonstrar que a empresa contábil faz uso de uma política de segurança no tratamento dos dados aos seus usuários, é a divulgação em seu website. Neste sentido, a próxima questão buscou identificar se a empresa realiza esta divulgação e teve como resultado os dados a seguir: 33% concordaram parcialmente, 30% concordaram totalmente, 11% discordaram parcialmente, 22% discordaram totalmente e 4% mostraram-se indiferentes, segundo a Tabela 6.

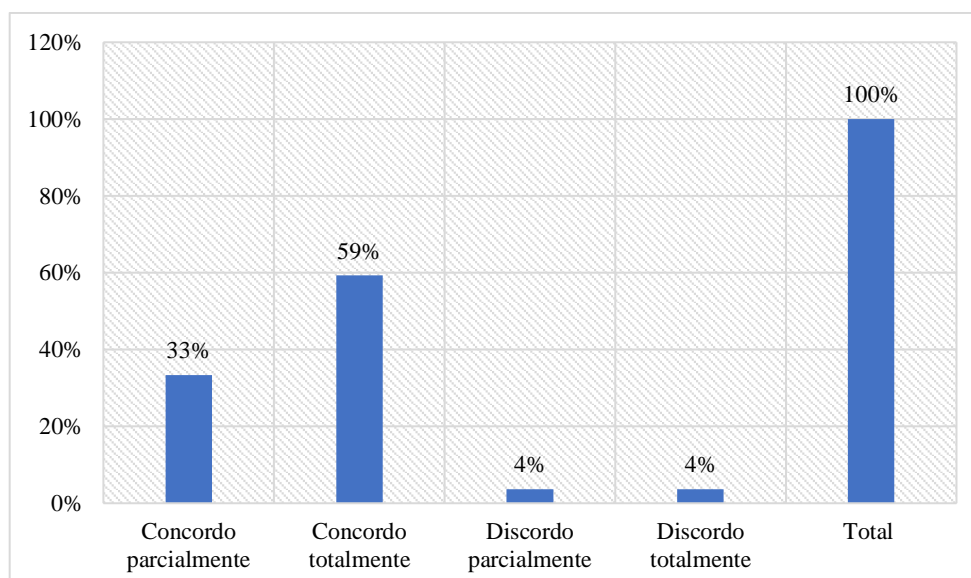
**Tabela 6** – A empresa divulga no website a política de segurança de dados utilizadas?

<b>Resultado</b>	<b>%</b>	
Concordo parcialmente	9	33%
Concordo totalmente	8	30%
Discordo parcialmente	3	11%
Discordo totalmente	6	22%
Indiferente	1	4%
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se que apenas oito respondentes concordam totalmente e nove concordaram parcialmente, com isto, percebe-se uma oportunidade de melhorias neste aspecto para contribuir com a imagem da empresa.

O próximo aspecto explorado foi no âmbito mais interno com relação à política de segurança em contratos, seja com prestadores de serviços e contratos de trabalho. Neste cenário, os resultados demonstraram maior aderência nas empresas contábeis pesquisadas conforme Gráfico 14, onde, 33% concordaram parcialmente, 59% concordaram totalmente e apenas 8% discordaram, sendo 4% parcialmente e 4% totalmente.



**Gráfico 14** – Possui políticas de segurança em contratos de prestação de serviços, contratos de trabalho e termos de consentimento?

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A questão a seguir, aborda a clareza por parte das empresas contábeis, com relação às informações pertinentes ao ciclo de vida dos dados desde a coleta, armazenamento e descarte, fato exigido pela LGPD. Percebeu-se a partir dos dados, que as empresas representadas na pesquisa, ainda não estão 100% em consonância a esta exigência da Lei, observa-se a Tabela 7:

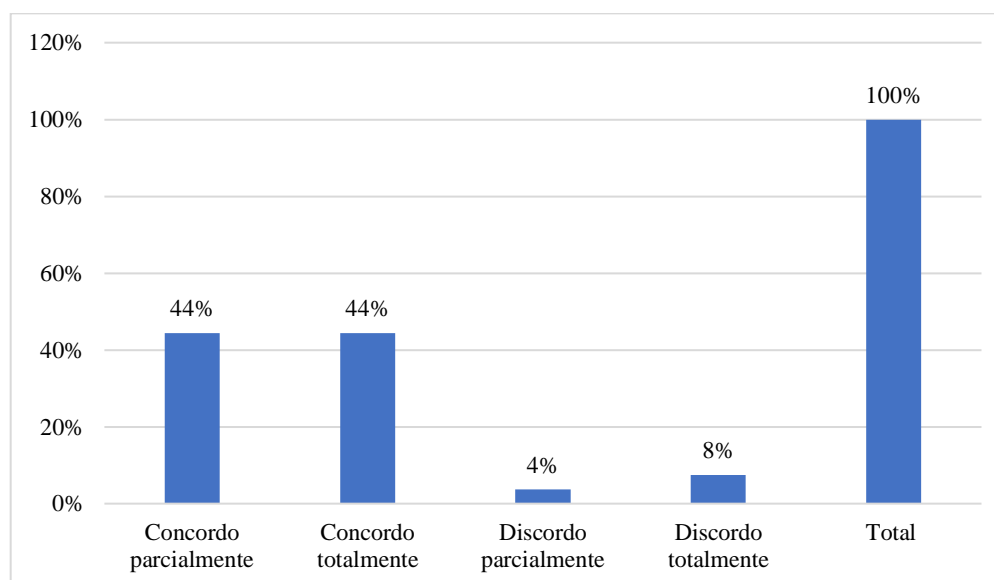
**Tabela 7** – Demonstra e informa aos clientes o ciclo de vida dos dados?

<b>Resultados</b>		<b>%</b>
Concordo parcialmente	12	44%
Concordo totalmente	11	41%
Discordo totalmente	4	15%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O resultado apresentou que 41% dos respondentes concordaram totalmente com a questão, 44% concordaram parcialmente e 15% discordaram totalmente, assim, percebe-se que as empresas necessitam realizar ajustes neste sentido para atender o que a Lei pede.

Foi questionado se as empresas adotam normas que geram cultura de segurança de dados de modo a abranger clientes, colaboradores e fornecedores, as respostas ficaram com 44% dos respondentes que concordaram parcialmente, 44% concordaram totalmente, 4% discordaram parcialmente e 8% discordaram totalmente. Concluindo-se novamente que a aderência de 100% ficou distante, podendo ter reflexo negativo perante a LGPD, Gráfico 15.



**Gráfico 15** – A empresa adota normas que geram cultura de segurança de dados, abrangendo clientes, fornecedores e colaboradores?

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O item seguinte está ligado ao *compliance*, objetivando identificar se ocorre a revisão frequente dos processos internos que envolvem dados pessoais e se as boas práticas

estão sendo aplicadas nas rotinas empresariais, assim reduzir riscos de vazamento de dados na empresa.

O resultado obtido trouxe 37% que concordaram parcialmente, 52% concordaram totalmente, 4% discordaram parcialmente e 7% discordaram totalmente. Mesmo a grande maioria destacando a concordância com a questão, ainda não chega em uma margem de anuência que se aproxime de 100%, como observado na Tabela 8:

**Tabela 8** – Revisa frequentemente os processos internos que envolvem dados pessoais?

<b>Resultados</b>		<b>%</b>
Concordo parcialmente	10	37%
Concordo totalmente	14	52%
Discordo parcialmente	1	4%
Discordo totalmente	2	7%
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para concluir este grupo de questões ligadas a LGPD, destaca-se como ponto forte no resultado que vinte e dois respondentes (81%) sinalizam conhecer e ter implantado a LGPD com o envolvimento de toda equipe, o contraponto se dá com cinco respondentes que demonstraram o oposto. O ponto mais elevado com os que discordaram, reflete com a falta de clareza e divulgação no website sobre a política adotada, onde seis respondentes discordaram totalmente.

#### 4.5 Percepções acerca da adoção das boas práticas de governança e gestão de dados

Este bloco contou com sete perguntas e teve como premissa, explorar a percepção dos respondentes no que diz respeito a adoção de boas práticas da governança e gestão de dados para empresas objeto desta pesquisa.

Iniciou-se examinando se os respondentes enxergam que os mecanismos de governança e segurança de dados adotados pela empresa são percebidos e valorizados pelos colaboradores, coletando os resultados a seguir na Tabela 9:

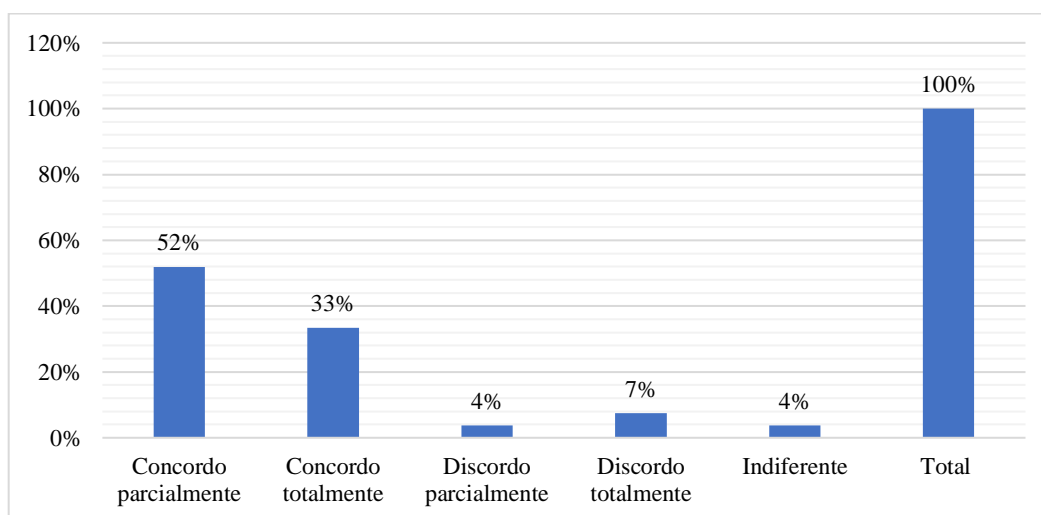
**Tabela 9** – A adoção de mecanismos de governança e segurança de dados, é percebida e valorizada por funcionários?

<b>Resultados</b>	<b>%</b>	
Concordo parcialmente	12	44%
Concordo totalmente	12	44%
Discordo parcialmente	1	4%
Discordo totalmente	1	4%
Indiferente	1	4%
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O resultado aponta que vinte e quatro respondentes concordam parcialmente e totalmente, sendo 44% respectivamente. Os outros três participantes escolheram as respostas que discordam de forma parcial, total e indiferente, sendo uma resposta para cada opção mencionada, fato que representou 4% que corresponde para cada questão. Assim, resulta-se uma pequena quantidade de respostas em que os respondentes não percebem a adoção das boas práticas de governança na empresa contábil.

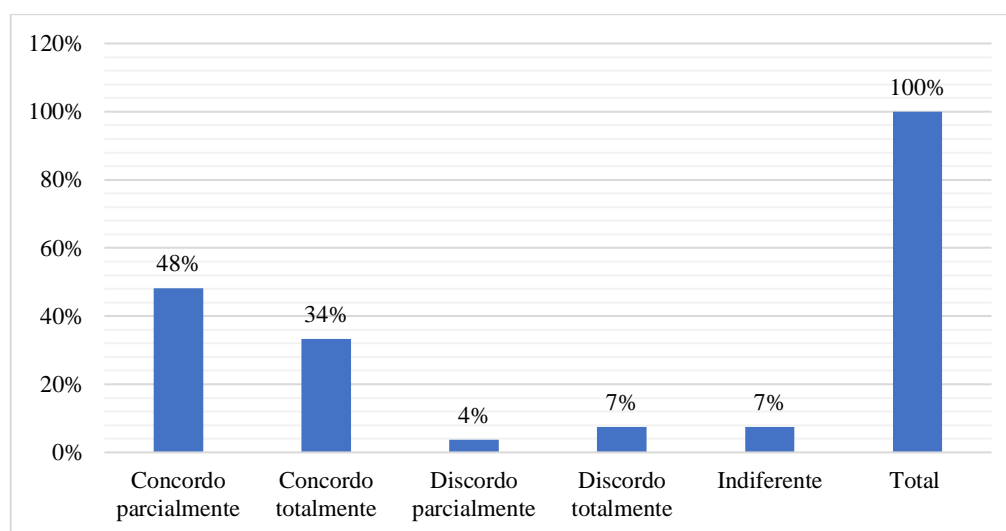
A questão seguinte, buscou identificar se as boas práticas de governança são percebidas e valorizadas por clientes e fornecedores. Comparada a questão anterior, os respondentes que concordam totalmente caem de 44% para 33% com nove respostas, enquanto os respondentes que concordam parcialmente sobre de 44% para 52% com quatorze respostas. Um participante discordou parcialmente, dois discordaram totalmente, com um pequeno aumento em relação a questão anterior, e, por fim, um se mostrou indiferente, conforme demonstrado no Gráfico 16:



**Gráfico 16** – Os mecanismos de governança e segurança de dados são percebidos e valorizados por clientes e fornecedores?

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O próximo ponto se refere a credibilidade do escritório de contabilidade quando utiliza mecanismos de governança e segurança de dados. A questão busca identificar se este atributo gera melhorias para a reputação da empresa e se houve aumento na carteira de clientes. O resultado é apresentado no Gráfico 17:



**Gráfico 17** – O uso da governança e segurança de dados melhora a credibilidade do escritório e aumenta a carteira de clientes?

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

De acordo com as respostas, 48% dos respondentes concordam parcialmente, 34% concordam totalmente, 4% discordam parcialmente, 7% discordam totalmente e 7% se mostraram indiferentes. Deste modo, a grande maioria concordou que a utilização da governança e segurança de dados agregam valor aos negócios contábeis.

A seguir questionou-se a respeito da contribuição e diferencial da área de TI para a competitividade e crescimento dos negócios, demonstrado na Tabela 10:

**Tabela 10** – As capacidades de TI tornam a empresa mais competitiva e com diferencial para crescimento?

Resultado		%
Concordo parcialmente	7	26%
Concordo totalmente	15	56%
Discordo parcialmente	1	4%
Discordo totalmente	2	7%
Indiferente	2	7%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O resultado apontou que vinte e dois dentre os vinte e sete participantes, concordaram que as capacidades de TI contribuem positivamente para os negócios, sendo, 26% que concordaram parcialmente e 56% concordaram totalmente. Dentre os demais participantes, 4% discordaram parcialmente, 7% discordaram totalmente e 7% ficaram indiferentes.

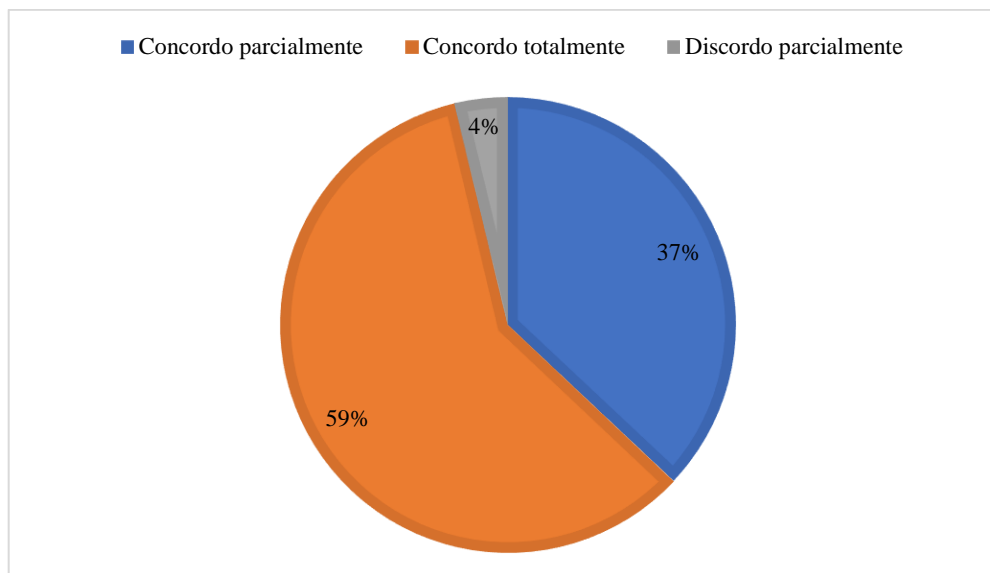
O próximo ponto, aborda as responsabilidades dos gestores, verificando se eles compreendem o seu papel no gerenciamento da TI. O resultado concluiu que 93% concordaram com a questão, sendo 30% de forma parcial e 63% de forma total. A discordância com a questão se deu com dois participantes, um discordou parcialmente e um totalmente, conforme Tabela 11:

**Tabela 11** – Os gestores reconhecem suas responsabilidades com o gerenciamento e uso da TI?

<b>Resultado</b>	<b>%</b>	
Concordo parcialmente	8	30%
Concordo totalmente	17	63%
Discordo parcialmente	1	3,5%
Discordo totalmente	1	3,5%
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No que se refere ao investimento em TI, buscou-se entender se os esforços estavam direcionados para os objetivos estratégicos a fim de proporcionar crescimento no médio e longo prazo, ou se atenderia apenas as demandas táticas e operacionais da empresa para aquele momento. Obteve-se as respostas apresentadas no Gráfico 18:



**Gráfico 18** – O investimento em TI busca atender aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo, ou apenas os objetivos táticos/operacionais?

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Neste quesito, 59% dos respondentes concordaram totalmente, 37% concordaram parcialmente e apenas 4% discordaram da questão. Tendo como maioria absoluta concordando que a empresa realiza o investimento em TI com foco nos objetivos estratégicos da organização contábil.

A questão seguinte verificou se a empresa proporciona o desenvolvimento dos funcionários por meio de treinamentos para adaptação às novas tecnologias e se o processo corre de forma rápida, alcançando-se os resultados da Tabela 12:

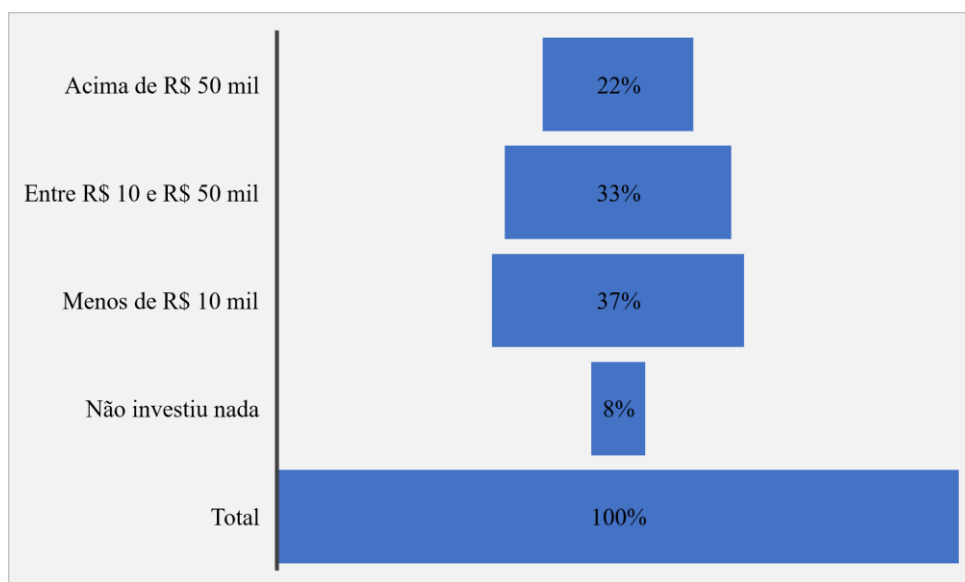
**Tabela 12** – Os funcionários são treinados e se adaptam rapidamente às novas tecnologias?

Resultados	%	
Concordo parcialmente	13	48%
Concordo totalmente	10	37%
Discordo parcialmente	2	7%
Discordo totalmente	1	4%
Indiferente	1	4%
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O resultado apontou que 48% concordaram parcialmente, 37% concordaram totalmente, 7% discordaram parcialmente, 4% discordaram totalmente e 4% ficaram indiferentes.

Sobre o investimento estimado para a adequação do escritório com a implantação de novas tecnologias e adaptações de sistemas voltados para a governança e segurança de dados, 22% dos participantes apontaram um investimento superior a R\$ 50 mil, 33% entre R\$ 10 mil e R\$ 50 mil, 37% menos de R\$ 10 mil e 8% declararam não ter investido nada, conforme Gráfico 19:

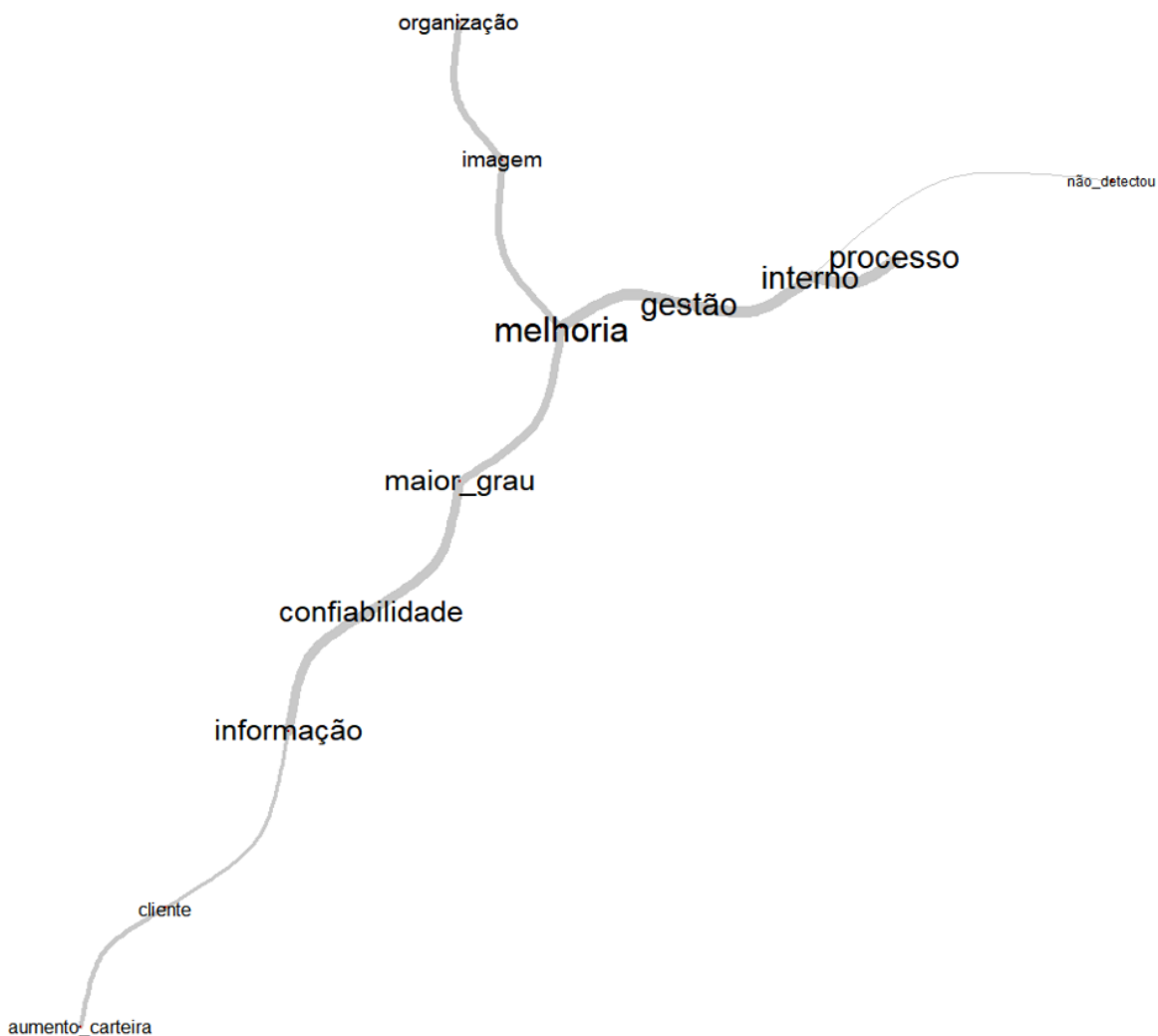


**Gráfico 19** – Investimento financeiro aproximado  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A conclusão do questionário, ocorreu com enfoque voltado às percepções dos respondentes com relação a adoção das boas práticas de governança e segurança de dados nos escritórios de contabilidade. Nesta etapa, os respondentes poderiam optar por mais de uma resposta, conforme representado na Figura 5. Os respondentes escolheram as opções que mais se aproximavam do resultado identificado no escritório contábil segundo a percepção deles.

As opções de respostas disponíveis estavam direcionadas para entender o ponto de vista dos participantes da pesquisa sob a ótica das melhorias identificadas nos escritórios após a adoção da governança e gestão de dados.

**Figura 5** – Análise de similitude

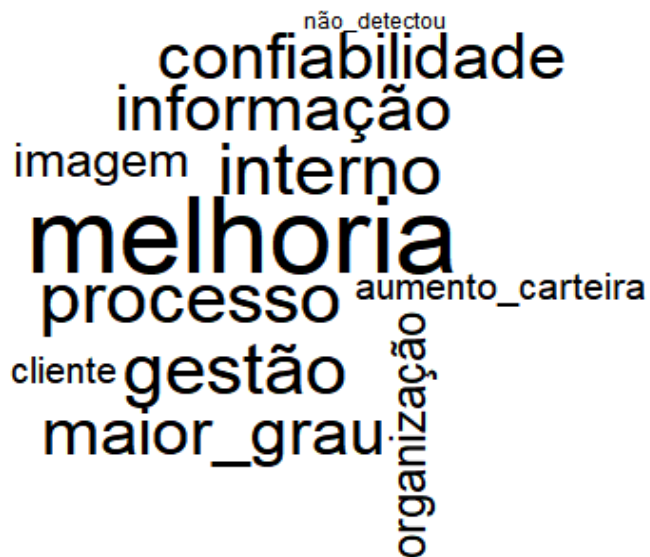


Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa (2022).

Dentre as variáveis, destacam-se as categorias de melhorias nos processos internos e gestão, seguido de maior grau na confiabilidade das informações. Com menor relevância, foram apontadas as melhorias na imagem da organização e aumento na carteira de clientes. Por fim, a menor parte representada por dois participantes que não detectaram melhorias.

Para complemento, apresenta-se a nuvem de palavras com a representação dos itens mais relevantes, conforme a Figura 6, que apresentou maior destaque para melhorias atreladas aos processos internos, gestão e confiabilidade nas informações, com menor ênfase para aumento de carteira e clientes e a não identificação de melhorias.

**Figura 6** – Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa (2022).

Os resultados ora apresentados, demonstram que o índice de aplicabilidade da LGPD e práticas de governança, ficam acima de 80% nas respostas não atingindo na totalidade todas as empresas pesquisadas, fato mencionado na pesquisa de Cruz, Passaroto e Thomaz Junior (2021), visto como oportunidade de melhorias para as empresas contábeis.

Outro aspecto detectado na pesquisa de Schirmer e Thaines (2021), se refere ao impacto da LGPD nas rotinas do profissional de contabilidade, identificando-se a necessidade em reforçar as boas práticas para atender a legislação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou identificar a percepção de profissionais da área contábil em relação aos impactos com a adoção de práticas de governança e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu de forma qualitativa por meio da aplicação de questionário para um grupo de profissionais e empresários de contabilidade.

Os resultados foram avaliados de acordo com cada etapa do questionário, aos quais, responderam aos objetivos da pesquisa, que, ao verificar se os sujeitos enxergam que os escritórios possuem boas práticas de governança implantada, obtém-se nesta correlação concordância com as questões de 80%. A discordância ocorreu com 17% dos sujeitos, identificando-se que a governança corporativa não atinge a 100% das empresas pesquisadas.

No que tange o uso da governança de dados, responde-se o objetivo de observar se a empresa faz uso de políticas de segurança de dados, com o índice de concordância das questões de 91%, observando-se uma preocupação mais elevada nestas empresas com relação à governança corporativa.

Relativo à adoção da LGPD, de maneira geral, assemelhou-se com as questões da correlação da empresa com a governança corporativa, respondendo ao objetivo em analisar os esforços necessários para adoção da LGPD, por meio da concordância de 82% das respostas coletadas, demonstrando-se que a adesão não contempla todas as empresas da pesquisa, mesmo com a LGPD vigente desde 2018.

O objetivo de identificar as percepções dos profissionais, foi respondido por meio das questões sobre as percepções dos benefícios obtidos com o uso da governança, obtendo-se concordância média de 87% dos sujeitos. Às percepções sobre os impactos, de maneira geral, são percebidas com melhorias nos fatores voltados para a qualidade dos processos internos, gestão e imagem das organizações contábeis. Apenas dois respondentes não vislumbraram melhorias.

Diante destes dados, conclui-se que mesmo com a maior parte dos respondentes vislumbrando melhorias para as organizações contábeis, uma parte das empresas não se adequaram 100% às práticas de governança corporativa e LGPD, assim, uma parcela destas empresas se mostra suscetíveis às penalidades e expostas a riscos diante das exigências da LGPD. Pesquisas futuras podem atingir um grupo maior, se concentrar em regiões e períodos diferentes a fim de verificar e confirmar o comportamento desta análise.



## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Punições pelo uso indevido de dados pessoais começam a valer no domingo.** 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/29/punicoes-pelo-uso-indevido-de-dados-pessoais-comecam-a-valer-no-domingo#:~:text=Dentre%20as%20san%C3%A7%C3%B5es%20administrativas%20previstas,pessoais%20relacionados%20%C3%A0%20irregularidade%2C%20a>. Acesso em: 02 jan. 2023.

AKABANE, G. K. **Gestão estratégica da tecnologia da informação: Conceitos, metodologias, planejamento e avaliações.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ANDRADE, L. A. V.; MORAES, M. B. O uso do questionário como instrumento de pesquisa na análise da aplicabilidade do compliance nas organizações públicas. **Latin American Journal of Business Management**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/431>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ARAÚJO, A. Q.; CAVALCANTE JUNIOR, A. C. F.; DUARTE, A. M. P. **A tendência da contabilidade diante das novas especialidades social.** Thomson Reuters Checkpoint, 2004. Disponível em: [http://artigoscheckpoint.thomsonreuters.com.br/index.php?home=home\\_artigos&m=&nx=&list=](http://artigoscheckpoint.thomsonreuters.com.br/index.php?home=home_artigos&m=&nx=&list=). Acesso em: 29 maio 2022.

ARAÚJO, C. M.; OLIVEIRA, M. C. S. L.; ROSSATO, M. O sujeito na pesquisa qualitativa: Desafios da investigação dos processos de desenvolvimento. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, Brasília, Vol. 33 pp. 1-7, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/chGpCqDwPprVkbyDXKXqWGj/?lang=pt#>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ASSOCIATION OF CHARTERED CERTIFIED ACCOUNTANTS – ACCA. **Professional accountants – the future: Drivers of change and future skills.** The global body for professional accountants. 2016. Disponível em: <https://www.accaglobal.com/an/en/technical-activities/technical-resources-search/2016/june/professional-accountants-the-future-report.html>. Acesso em: 16 maio 2022.

BORGES, K. R.; CLETO, N. **A LGPD e a proteção de dados nas organizações contábeis.** Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 20 out. 2021. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/a-lgpd-e-a-protecao-de-dados-nas-organizacoes-contabeis/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. **Autoridade Nacional de Proteção de Dados.** Acesso à informação: Perguntas frequentes – ANPD. Brasília, 19 abr. 2022a. Disponível em <https://www.gov.br/anpd/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes-2013-nd#:~:text=A%20ANPD%20%C3%A9%20o%20%C3%B3rg%C3%A3o,cumprimento%20da%20LGPD%20no%20Brasil>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do contador e do guarda-livros, e dá outras providências. Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del9295.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm). Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. **Empresas & Negócios**. Mapa de empresas: Painel mapa de empresas. Brasília, 15, abr. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018a**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm). Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Tratamento de dados – Objetivo e abrangência da LGPD**. 201? Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/lgpd/menu/tratamento-dos-dados/objetivo-e-abrangencia-da-lgpd>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Governança pública organizacional**. Levantamento de governança. Brasília, 2021. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BURKART, D. V. V. **Proteção de dados e o estudo da LGPD**. 2021. Dissertação (Pós-graduação em Mídia e Tecnologia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, SP, 2021.

CÂMARA, F. S. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – aplicada às empresas de Contabilidade**. 2020. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

CAMARGO, C.; FRANCO, N. **Sem pressa, mas sem pausa: o primeiro ano de atuação da ANPD**. Consultor Jurídico – CONJUR, 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jan-14/camargo-franco-primeiro-ano-atuacao-anpd>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CARVALHO, L.; OLIVEIRA, J.; CAPPELLI, C.; MAJER, V. **Desafios de transparência pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Anais do Workshop de transparência em sistemas (Wtrans), Belém, jul. 2019. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wtrans/article/view/6438>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CELIDONIO, T.; NEVES, P. S.; DONÁ, C. M. Metodologia para mapeamento dos requisitos listados na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil número 13.709/18) e sua adequação perante a lei em uma instituição financeira – Um estudo de caso. **Brazilian Journals of Business**, Curitiba, v. 2, n. 4, p.3626-3648out. /dez. 2020. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJB/article/view/18382>. Acesso em: 04 jun. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Dados estatísticos: Profissionais e escritórios registrados e ativos no território nacional**. 31 jul. 2022. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>. Acesso em: 05 ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Dados estatísticos:** Profissionais e escritórios registrados e ativos no território nacional. 31 jul. 2022. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>. Acesso em: 05 ago. 2022.

CRUZ, U. L.; PASSAROTO, M.; JUNIOR, N. T. O impacto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nos escritórios de contabilidade. **ConTexto - Contabilidade em Texto**, Porto Alegre, v. 21, n. 49, p. 30–39, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/112561>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CULNAN, M. J. Policy to Avoid a Privacy Disaster. **Journal of the Association for Information Systems**, 20(6), 2019. DOI: 10.17705/1.jais.00554. Disponível em: <https://aisel.aisnet.org/jais/vol20/iss6/1>. Acesso em: 19 set. 2022.

CULNAN, M. J. Policy to Avoid a Privacy Disaster. **Journal of the Association for Information Systems**, 20 (6), 2019. DOI: 10.17705/1.jais.00554. Disponível em: <https://aisel.aisnet.org/jais/vol20/iss6/1>. Acesso em: 19 set. 2022.

DIÓGENES, A. D. B. **A importância da informática na contabilidade**. Portal Contábeis, fev. 2006. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/75/a-importancia-da-informatica-na-contabilidade/>. Acesso em: 15 maio 2022.

DONELLA, G. **O que é compliance e como o conceito é aplicado em empresas:** descubra o significado desse conceito e porque sua aplicação é crucial dentro das empresas. Capital aberto: o mercado de capitais sobre novos ângulos, mar. 2022. Disponível em: <https://capitalaberto.com.br/secoes/explicando/o-que-e-compliance/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FERNANDES, C. G.; TAROCCO FILHO, J.; SANTOS, C. K. S. Seria o fim? A percepção dos profissionais de contabilidade sobre o futuro de sua profissão. *In: XVII CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE*, 15p. 2020, São Paulo. **Anais: 20º USP International Conference in Accounting**. São Paulo: FEA-USP, 2020. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/poster-congressinho-todos-trabalhos.html>. Acesso em: 15 maio 2022. TEXTO JUSTIFICADO

FREITAS, A. A. **Aplicação dos estilos de aprendizagem na formação de equipes:** um estudo de caso. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. FIA Business School. **Compliance Digital e a LGPD:** A importância para organizações. 24 jul. 2021. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/compliance-digital-e-a-lgpd/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. FIA Business School. **Governança Corporativa:** O que é, princípios e estrutura e mais. 01 abr. 2022. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/governanca-corporativa/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRANDE, E. U.; ESTÉBANEZ, R. P.; COLOMINA, C. M. The impact of Accounting Information Systems (AIS) on performance measures: empirical evidence in Spanish SMEs.

**The International Journal of Digital Accounting Research**, Espanha, vol. 11, 2011, pp. 25-43. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/270045492\\_The\\_impact\\_of\\_Accounting\\_Information\\_Systems\\_AIS\\_on\\_performance\\_measures\\_empirical\\_evidence\\_in\\_Spanish\\_SMEs](https://www.researchgate.net/publication/270045492_The_impact_of_Accounting_Information_Systems_AIS_on_performance_measures_empirical_evidence_in_Spanish_SMEs). Acesso em: 29 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Governança Corporativa**. Portal do Conhecimento. 2020. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa#:~:text=Governan%C3%A7a%20corporativa%20%C3%A9%20o%20sistema,controle%20e%20demais%20partes%20interessadas>. Acesso em: 05 jun. 2022.

IRAMUTEQ. **Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles** de Textes et de Questionnaires. Un logiciel libre construit avec des logiciels libres. 2020. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à teoria da contabilidade**: para graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; MARION, J. C. **Cartas aos estudantes de contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

KPMG. **Pesquisa maturidade do compliance no Brasil**. KPMG - *Insights*. 2019. Disponível em: <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2019/10/pesquisa-maturidade-compliance.html>. Acesso em: 19 jun. 2022.

LAJARA, T. T.; MAÇADA, A. C. G. **Governança da informação** – Estudo de caso em uma empresa de defesa. In: XXXVII ENCONTRO DA ANPAD, 2493., 2013, Rio de Janeiro. Trabalhos apresentados. Rio de Janeiro: ENANPAD, 2013. Disponível em: [http://anpad.com.br/pt\\_br/index\\_event](http://anpad.com.br/pt_br/index_event). Acesso em: 24 jun. 2022.

LEAL, E. A.; SOARES, M. A.; SOUSA, E. G. Perspectivas dos formandos do curso de ciências contábeis e as exigências do mercado de trabalho. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.1 n° 10, p. 147-159, jul./dez., 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2008v5n10p147>. Acesso em: 23 abr. 2022.

LIMA, M. S. B.; MOREIRA, E. V. A Pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 37, p. 27–55, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/4708>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MAÇADA, A. C. G.; BRINKHUES, R. A.; FREITAS JR., J. C. S.; LAJARA, T. T. Princípios e Fatores Motivadores para Adoção das Governanças Corporativas de TI e da Informação. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 26, n. 2, pág. 131-147, 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/54876/principios-e-fatores-motivadores-para-adocao-da--->. Acesso em: 13 abr. 2022.

MENDES, L. S. Proteção de dados pessoais: Fundamento, conceitos e modelo de aplicação. **Cetic.br** – Privacidade e dados pessoais, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/ano-xi-n-2-privacidade-e-dados-pessoais/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

MIRAGEM, B. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) e o direito do consumidor. **Revista dos Tribunais Online**, vol. 1009/2019, nov. 2019. Disponível em: <https://brunomiragem.com.br/wp-content/uploads/2020/06/002-LGPD-e-o-direito-do-consumidor.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.

MOLINARO, L. F. R.; RAMOS, K. H. C. **Gestão de Tecnologia da Informação - Governança de TI: Arquitetura e Alinhamento entre Sistemas de Informação e o Negócio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2010.

MORAES, G. D. A.; TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. A tecnologia da informação como suporte à gestão estratégica da informação na pequena empresa. **JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management**, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 27-43, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jistm/a/xqSpx59SPsNH7PFTDs6JvJc/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 03 jul. 2022.

MORAIS, I. S. D.; GONÇALVES, G. R. B. **Governança de tecnologia da informação**. 1. ed. Porto Alegre: Sagah, 2018.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: Uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4 n° 3, p. 25-47, jul./set., 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117016815003>. Acesso em: 29 maio 2022.

OLIVEIRA, A. P., ZANETTI, D., LIMA, F. S., SAMPAIO, T. O. A Lei Geral de Proteção de Dados brasileira na prática empresarial. **Revista jurídica da escola superior de advocacia da OAB/PR**. Curitiba, 2019. Disponível em: <http://revistajuridica.esa.oabpr.org.br/a-lei-geral-de-protecao-de-dados-brasileira-na-pratica-empresarial/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PIURCOSKY, F. P.; COSTA, M. A.; FROGERI, R. F.; CALEGARIO, C. L. L. A Lei Geral de Proteção de Dados pessoais em empresas brasileiras: uma análise de múltiplos casos. **Suma de Negócios**, Bogotá, v. 10, n. 23, p. 89-99, Dec. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2215-910X2019000300089&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-910X2019000300089&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 abr. 2022.

POLLA, E. M. **Modernização industrial e desemprego tecnológico: Concepções teóricas e as perspectivas para o Brasil e o estado de São Paulo**. 1995. Dissertação (Mestrado em administração) – Escola de administração de empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1995.

REGO, A. L. C. **Aspectos jurídicos da confiança do investidor estrangeiro no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Direito Econômico e Financeiro) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, F. R. P.; MOREIRA, C. A percepção dos profissionais da área contábil e dos gestores sobre os impactos da implementação da LGPD. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, vol. 9, n° 39, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2431>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ROSSETTI, A. G.; MORALES, A. B. T. O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. **Ciência da informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 124-135, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/FzcdzsLpNJ43cXj5RcRWg5v/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 28 maio 2022.

SANTOS, L. C.; BARUQUE, L. B. **Governança em tecnologia da informação**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/3805>. Acesso em: 29 maio 2022.

SANTOS, M. I. C.; SANTOS, R. F.; LEITE FILHO, P. A. M. **Tecnologias, comportamento e mudanças**: As transformações no trabalho do profissional da contabilidade. In: XX USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 2020, São Paulo. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/congressao-todos-trabalhos.html>. Acesso em: 16 maio 2022.

SCHIRMER, D. L.; THAINES, A. H. A implementação da Lei Geral de Proteção de Dados nas rotinas dos profissionais da área contábil: Percepções dos contabilistas associados à Associação dos Contabilistas do Vale do Paranhana/RS. **Revista eletrônica de ciências contábeis**, Taquara, v. 10 n. 1, 2021. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/1956>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SEBRAE. **Lei Geral de Proteção de Dados**. 2022. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/direitos-e-obrigacoes-da-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais,36ec96f387440710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 02 jan. 2023.

SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa e estrutura de propriedade**: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil. 2004. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, A. B. e; BAUER, M. M.; COLETTI, L. A importância da governança corporativa e do controle interno na área contábil. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 17, n. 1, p. 148–174, 2020. DOI: 10.25112/rgd.v17i1.1723. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1723>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SOUZA, M. C. **O uso da inteligência artificial no ensino da contabilidade**. 2014. Dissertação (Mestre em Ciências) - Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

TAKAHASHI, A. R. W.; FISCHER, A. L. Aprendizagem e competências organizacionais em instituições de educação tecnológica: estudos de casos. **Revista de Administração da USP**. São Paulo, v.44, n.4, p.327-341, out./nov./dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223417460004>. Acesso em: 03 set. 2022.

TELLES, R. A Efetividade da “Matriz de Amarração” de Mazzon nas Pesquisas em Administração. **Revista de Administração da USP**, v. 36, n. 4, p. 64–72, 2001. Disponível

em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16589/a-efetividade-da-matriz-de-amarracao-de-mazzon->. Acesso em: 02 set. 2022.

WENDE, K. **A Model for Data Governance - Organising Accountabilities for Data Quality Management**. 18th Australasian Conference on Information Systems (ACIS), Toowoomba, Australia, 2007. Disponível em: <https://www.alexandria.unisg.ch/67284/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

YONG, C. S. Tecnologia de informação. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 1, pp. 78-9, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901992000100009>. Acesso em: 15 maio 2022.

## ANEXOS

### Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### QUESTIONÁRIO PARA A DISSERTAÇÃO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

##### I - Dados sobre a pesquisa científica

1. Título da pesquisa: “Percepção acerca da utilização das boas práticas de governança e implantação da LGPD em escritórios de contabilidade”
2. Pesquisador responsável: Uerla Bispo dos Santos
3. Cargo/função: Pesquisadora do Programa de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
4. Duração da Pesquisa: O respondente utilizará uma média de 15 minutos para responder.

##### II - Explicações do pesquisador sobre a pesquisa

1. Objetivo: Investigar a percepção dos participantes através de um questionário.
2. Os procedimentos utilizados serão:
  - Os participantes responderão a um questionário com perguntas focadas em governança, segurança de dados e LGPD com o tema relacionado a sua área de atuação em escritórios de contabilidade.
  - Todos os participantes serão informados sobre os objetivos e métodos da pesquisa e deverão dar seu consentimento por escrito conforme os princípios éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos.
  - Os participantes poderão interromper a participação em qualquer momento da pesquisa.
  - As informações obtidas na presente pesquisa poderão ser divulgadas em congressos e periódicos científicos e haverá garantia do anonimato e sigilo. A identidade dos participantes não será revelada em nenhuma publicação ou exposição em congresso.
3. Os participantes podem correr algum risco relacionado a desconforto para responder o questionário, caso isto ocorra, o respondente tem o livre arbítrio em não prosseguir com as respostas do questionário, permanecendo isento de qualquer responsabilidade.

##### III - Esclarecimentos dados pelo pesquisador sobre garantias ao participante

1. Acesso, a qualquer tempo, a informações sobre procedimentos relacionados à pesquisa, inclusive para dirimir eventuais dúvidas.
2. A salvaguarda da confidencialidade, sigilo e privacidade.
3. O direito de retirar-se da pesquisa no momento em que desejar.

##### IV - Consentimento livre e esclarecido

Eu compreendo os meus direitos como participante desta pesquisa. Compreendo sobre o que, como e por que este estudo está sendo feito. Poderei receber uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

São Paulo, 25 de agosto de 2022.

## APÊNDICE

### Apêndice A – Instrumento de Pesquisa

## Pesquisa Acadêmica

Percepção acerca da competitividade de escritórios contábeis que adotam mecanismos de governança e segurança de dados.

\*Obrigatório

Informações  
iniciais

Prezado(a) Senhor(a),

Primeiramente, obrigada por sua atenção e tempo para respondê-lo!

Esta pesquisa tem por objetivo subsidiar a elaboração do Trabalho de Dissertação Acadêmica do curso de Mestrado em Contabilidade e Atuária da aluna Uerla Bispo dos Santos, regularmente matriculada na instituição sob número RA00281901, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

As informações recebidas por este questionário serão confidenciais, não sendo publicadas, divulgadas ou informadas de forma individual, independentemente dos vínculos que o pesquisador tenha ou possa vir a ter. Serão publicados os resultados totais, e resultados divididos em grupos.

O questionário deverá ser respondido por profissionais que atuem na área contábil, na condição de empresário ou funcionário de empresa contábil.

O estudo tem por objetivo identificar a percepção dos profissionais contábeis acerca da governança e proteção de dados quando implantadas nos escritórios de contabilidade.

Abaixo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido desta pesquisa. Ele deve ser lido e pode ser baixado, se desejar. Estando de acordo, clique em "OK" para seguir respondendo a pesquisa.

[https://docs.google.com/document/d/15k2EIsPvtwW\\_giL4wjmkFt0\\_rEr\\_QnIxgmqe8tXPwN4/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/15k2EIsPvtwW_giL4wjmkFt0_rEr_QnIxgmqe8tXPwN4/edit?usp=sharing)

## Concordância TCLE

1. Ao clicar no botão abaixo, o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE.

*Marcar apenas uma oval.*

Ok, estou de acordo.

## Informações gerais

2. 1. Porte da empresa \**Marcar apenas uma oval.*

- Microempresa (Receita bruta menor ou igual a R\$ 360 mil)
- Pequena empresa (Receita bruta maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões)
- Média empresa (Receita bruta maior que 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões)
- Grande empresa (Receita bruta maior que R\$ 300 milhões ou ativo total superior a R\$ 240 milhões)

3. 2. Qual nível hierárquico ocupa na organização? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Coordenação / Supervisão
- Gerência
- Presidência / Direção
- Consultor
- Outro

4. 3. Nível de escolaridade: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Ensino médio
- Graduação
- Pós-graduação Mestrado
- Doutorado
- Outro
- 

5. 4. Nome e e-mail para contato (opcional)

---

## Governança corporativa

5. Sobre a governança corporativa na organização:

6. 5.1. Considera que a missão da sua empresa está em linha aos objetivos da organização e é divulgada nos principais canais da empresa.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

7. 5.2. Existe um planeamento estratégico formatado, com devido \* acompanhamento e que envolva a equipe que irá executar.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

8. 5.3. A organização expõe de forma clara e objetiva quais são os papéis e \* responsabilidades para a utilização das boas práticas de governança.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

9. 5.4. A empresa possui código de conduta ou código de ética veiculado e aplicado para os seus colaboradores e toda empresa, com devido acompanhamento e atualização sempre que necessário.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

10. 5.5. A empresa dispõe de um canal de denúncia e incentiva a utilização do \* mesmo, para que toda empresa possa acessar e abordar assuntos sensíveis provenientes da organização, com intuito de expor situações de risco.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

11. 5.6. Os documentos formais da organização dispõe de mecanismos para \* solucionar conflitos de interesse.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

## **Governança de dados**

6. Sobre a governança de dados na organização (Segurança cibernética):

12. 6.1. A organização faz uso de uma política de segurança da informação formalizada e obrigatória

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

13. 6.2. Em relação aos papéis e responsabilidades para a governança e gestão \* de dados: Tem definida e comunica formalmente a política adotada.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

14. 6.3. Tem clareza na definição dos níveis de risco da segurança da informação, \* verificando seu nível de aceitação e a partir deste estágio, toma decisões estratégicas.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

15. 6.4. Possui uma equipe técnica especializada, que segue diretrizes definidas pela organização e é avaliada periodicamente para mitigar riscos.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

16. 6.5. Possui ou viabiliza programa de capacitação e treinamento para a equipe \* envolvida, com intuito de desenvolver competências para suprir as necessidades da organização.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

## **Governança e LGPD**

7. Com relação a governança atrelada a LGPD (Lei Geral da Proteção de Dados):

17. 7.1. Conhece a LGPD e já realizou a implantação na empresa. \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

18. 7.2. A implantação da LGPD ocorreu envolvendo e conscientizando toda a equipe, demonstrando clareza e o respeito aos direitos das pessoas.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

19. 7.3. A empresa divulga no Website a política de segurança utilizada no \* tratamento dos dados, informando de forma clara a base legal, seus procedimentos e práticas de uso de dados.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

20. 7.4. Implantou políticas de segurança em contratos de prestação de serviços, \* contratos de trabalho e termos de consentimento:

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

21. 7.5. Demonstra e informa aos clientes, de forma clara, o ciclo de vida dos dados, desde a coleta, armazenamento e descarte *Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente  
 Discordo totalmente  
 Concordo parcialmente  
 Concordo totalmente  
 Indiferente

22. 7.6. Adota na empresa normas que geram cultura de segurança de dados \* abrangendo clientes, colaboradores e fornecedores.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

23. 7.7. Realiza revisão frequente dos processos internos que envolvem dados pessoais, com o intuito de verificar se as práticas estão sendo utilizadas corretamente. \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

### **Etapa final**

8. Percepção acerca da adoção das boas práticas de governança e gestão de dados:

24. 8.1. A adoção de mecanismos de governança e segurança de dados, é percebida e valorizada pelos colaboradores.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

25. 8.2. A adoção de mecanismos de governança e segurança de dados, é percebida e valorizada por clientes e fornecedores. \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

26. 8.3. Utilizar mecanismos de governança e segurança de dados, aumentou a credibilidade do escritório aumentando a carteira de clientes e indicações dos serviços contábeis. \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

27. 8.4. As capacidades de TI melhoram a competitividade da sua empresa, tornando-se um diferencial para crescimento.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

28. 8.5. Todos os gestores reconhecem suas responsabilidades com o \* gerenciamento e uso da TI.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

29. 8.6. Os investimentos em TI de sua empresa visam atender aos objetivos \* estratégicos proporcionando crescimento a médio e longo prazo, ou este investimento é útil apenas para as demandas táticas e operacionais da organização?

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

30. 8.7. Os funcionários são treinados e se adaptam rapidamente quando ocorre a inserção de novas tecnologias na organização, vislumbrando melhorais nos processos e expansão da empresa.

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente
- Indiferente

9. Sobre o investimento realizado em sua empresa:

31. 9.1. Investimento financeiro aproximado para a adequação à governança e com a implantação de novas tecnologias ou adaptações em sistemas. \* segurança de dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não investiu nada
- Menos de R\$ 10 mil
- Entre R\$ 10 e R\$ 50 mil
- Acima de R\$ 50 mil

10. Impactos na governança e segurança das informações:

*Se desejar, marque mais de uma opção.*

32. 10.1. Principais impactos percebidos com a adoção da governança e \* segurança das informações:

*Marque todas que se aplicam.*

- Melhorias nos processos internos e gestão
- Maior grau na confiabilidade das informações
- Melhorias na imagem da organização
- Aumento na carteira de clientes
- Não vislumbrou melhorias

33. 11. Gostaria de receber a resposta desta pesquisa? Caso afirmativo, digite seu \* e-mail:

Obrigada pela contribuição com a pesquisa!

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários